



Anais da Assembléia

38

CURITIBA, SEGUNDA, EM 27 DE ABRIL DE 1987.

ANO XIII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA ATA DA 26.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1987.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpelini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 36/87

Curitiba, 14 de abril de 1987.
Senhor Presidente.

Através desta, tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar providências no sentido de que, do Anteprojeto de Lei por mim encaminhado a essa Augusta Casa de Leis pela Mensagem n. 32/87, de 31 de março próximo passado, seja suprimido o seguinte: o número 1.4. do item I do art. 11; a sessão IV do capítulo I, do título IV, art. 19; o item V e suas alíneas, do art. 45; as expressões "o Ouvidor Geral do Estado" do "caput" do art. 98 e o seu parágrafo único; as expressões "01 (um) cargo de Ouvidor Geral do Estado" constantes do item I do art. 107.

As modificações ora propostas, que importarão em menores gastos para os cofres públicos, implicam em suprimir a figura do "Ouvidor Geral do Estado" da nossa estrutura da Administração Pública decorrente da Reforma Administrativa a ser implantada, após aprovação dessa Augusta Casa de Leis.

Nestes primeiros dias de meu governo, pude constatar que a filosofia de uma administração aberta aos anseios populares e à sua concretização pelos órgãos públicos, torna desnecessário um canal específico para acesso de qualquer dos governados junto ao Governo, no sentido de sugerir, reivindicar ou fiscalizar os atos da Administração Pública, visto que todos os órgãos do Executivo estão permanentemente à disposição do contato direto com os beneficiários do Poder que, na verdade, são os mesmos que o delegam àqueles que legitimamente o exercitam.

É evidente que a criação do cargo de Ouvidor Geral, cujas atribuições estariam restritas ao relacionamento de órgãos do Poder Executivo, não macularia, de forma alguma, a função fiscalizatória dada constitucionalmente ao Poder Legislativo, e hoje um dos corolários do Estado Moderno. Contudo, o bom relacionamento do meu Governo com a Assembléia Legislativa do Estado mais ainda demonstra a dispensabilidade da existência de um funcionário especial para detectar distorções no funcionamento da máquina administrativa, pois isso, nos casos que escaparam à auto-vigilância do Executivo, por certo será constatado por esse emérito Poder, que com a prestigiosa colaboração do Tribunal de Contas de nosso Estado, contribuirá também para a moralidade administrativa no Paraná, uma das metas prioritárias do meu Governo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência e ilustres pares os meus protestos de elevada estima e distinta con-

sideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 38/87

Curitiba, 21 de abril de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de, nos termos do art. 24, inciso II, da Constituição Estadual, encaminhar a Vossa Excelência proposta de Emenda Constitucional que objetiva alterar o art. 147 da Carta Estadual.

Com a edição da Emenda Constitucional n. 3, que adaptou a Constituição do Estado do Paraná à Carta Magna de 1969, nasceu um benefício aos ex-Governadores do Estado, outorgando-lhes o direito de receber, em caráter vitalício, uma remuneração mensal igual aos vencimentos dos desembargadores.

Embora sucessivamente emendada (p.ex., exclusão da inacumulabilidade com outra remuneração de fonte oficial), permanece essa regra até hoje.

Em verdade, essa remuneração vitalícia tem todas as características de uma aposentadoria.

Contudo, há de ser evidenciado que o cargo de Governador não se constitui em emprego, mas - isto sim - numa missão que nasce da vontade e da escolha do povo, através de eleições livres.

Dessa forma, uma "aposentadoria" não se pode coadunar com tão relevante missão.

Por isso, propõe-se a revogação do "caput" do art. 147 da Constituição Estadual.

Ao mesmo tempo, procura-se espancar toda e qualquer dúvida com relação ao texto do parágrafo 1.º desse mesmo art. 147, encartado na Carta Política do Estado pela Emenda n. 26, de 12.03.87. Ao ser proposta a inclusão da expressão final "excluídas quanto a estas, as de caráter pessoal", pretende-se clarificar que os subsídios do Governador, enquanto em exercício, são idênticos aos do cargo de Presidente do Tribunal, e, nunca, àqueles acrescidos pelas vantagens pessoais (p.ex., tempo de serviço público) do eventual ocupante desse cargo.

Submeto, pois, à apreciação da Augusta Assembléia Legislativa do Paraná a emenda à Constituição do Estado visando à correção dessas distorções.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Artigo Único - O art. 147 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 147 - O Governador do Estado, en-

quanto titular do cargo, perceberá subsídio igual ao vencimento e vantagens pagos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, excluídas quanto a estas, as de caráter pessoal.

Parágrafo Único - O subsídio do Vice-Governador do Estado fica fixado em 2/3 (dois terços) do que é pago ao Governador do Estado".

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 39/87

Curitiba, 21 de abril de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o anexo anteprojeto de lei que objetiva a extinção de 8.303 (oito mil, trezentos e três) cargos de provimento efetivo da Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criados pela Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980 e constantes dos grupos ocupacionais nela previstos, conforme discriminação dos anexos I a IV, que fazem parte integrante da proposição ora encaminhada.

A medida proposta resulta de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Administração, atendendo a determinação já noticiada na Mensagem n. 32/87, no sentido de considerar-se a necessidade dos cargos para o serviço público, resguardando-se as questões básicas da ascensão e progressão funcionais.

Com a proposta evitar-se-á para o Estado um dispêndio mensal de Cz\$. 19.560.556,00 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta mil, quinhentos e cinquenta e seis cruzados), enquadrando-se a medida entre aquelas que atendem a racionalização dos serviços públicos, como ponto de fundamental importância no programa de Reforma Administrativa dos órgãos do Poder Executivo que pretendo desenvolver no meu período de Governo. Com a extinção dos cargos em referência, considerados não essenciais ao serviço público, quer na Administração Direta ou Autárquica, afastar-se-ão gastos desnecessários com pessoal, possibilitando-se um melhor direcionamento de recursos para atividades imprescindíveis ao atendimento das reais necessidades da população paranaense.

Certo de que medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

o ANTEPROJETO DE LEI
Art. 1.º - Ficam extintos, na Parte

Permanente do Quadro Geral, do Poder Executivo, 8.303 (oito mil, trezentos e três) cargos de provimento efetivo, criados pela Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, com modificações posteriores, os quais integram quatro grupos ocupacionais e estão discriminados nos anexos I a IV, que fazem parte desta lei.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ÁLVARO DIAS

ANEXO I

GRUPO P - PROFISSIONAL

| Código | Categoria Funcional | Padrão | N. DE CARGOS |
|--------|---------------------|--------|--------------|
| P-01 | Assist. Jurídico | I | 19 |
| P-02 | Assist. Social | H | 10 |
| P-03 | Bibliotecário | H | 21 |
| P-04 | Biólogo | H | 05 |
| P-05 | Cirurgião-Dentista | I | 48 |
| P-06 | Contador | I | 32 |
| P-07 | Economista | I | 27 |
| P-08 | Enfermeiro | H | 19 |
| P-09 | Estatístico | H | 20 |
| P-10 | Farmacêutico | I | 24 |
| P-11 | Médico | J | 136 |
| P-12 | Psicólogo | H | 04 |
| P-13 | Químico | I | 06 |
| P-14 | Jornalista | I | 10 |
| P-15 | Téc. de Administ. | I | 31 |
| P-16 | Téc. de Assun.Cult. | H | 18 |
| P-17 | Veterinário | I | 15 |
| P-18 | Assist.de Eng. | I | 05 |

ANEXO II

GRUPO S - SEMI-PROFISSIONAL

| Cód. | Categ. Profissional | Padrão | N. de Cargos |
|------|-------------------------|--------|--------------|
| S-01 | Aerofotogrametrista | G | 04 |
| S-02 | Agente Saneamento | E | 98 |
| S-03 | Agente Social | E | 46 |
| S-04 | Assist.Assunt.Cult. | F | 32 |
| S-05 | Auxiliar de Enfermagem | D | 125 |
| S-06 | Desenhista | E | 39 |
| S-07 | Fotógrafo | D | 18 |
| S-08 | Insp.de Pesos e Medidas | F | 09 |
| S-09 | Insp.de Saneamento | F | 20 |
| S-10 | Laboratorista | E | 65 |
| S-11 | Laboratorista de Solos | E | 32 |
| S-12 | Operador de Raios X | D | 05 |
| S-13 | Operador de Som | B | 07 |
| S-14 | Técnico-Agrícola | G | 07 |
| S-15 | Téc.em Artes Gráficas | F | 22 |
| S-16 | Téc.em Manut. Eletrôn. | E | 21 |
| S-17 | Téc. de Enfermagem | G | 16 |
| S-18 | Téc. de Raios X | E | 14 |
| S-19 | Topógrafo | G | 13 |

ANEXO III

GRUPO A - ADMINISTRATIVO

| Cód. | Categoria Funcional | Padrão | N. de Cargos |
|------|-----------------------|--------|--------------|
| A-01 | Almoxarife | D | 53 |
| A-02 | Assist.Administrativo | F | 264 |
| A-03 | Aux. Administrativo | D | 295 |
| A-04 | Aux. de Escritório | C | 720 |
| A-05 | Calculista de Medição | E | 11 |
| A-06 | Téc. de Contabilidade | G | 54 |
| A-07 | Telefonista | B | 39 |

ANEXO IV

GRUPO G - SERVIÇOS GERAIS

| Cód. | Categoria Funcional | Padrão | N. de Cargos |
|------|------------------------|--------|--------------|
| G-01 | Artífice | B | 145 |
| G-02 | Ascensorista | A | 30 |
| G-02 | Ascensorista | A | 30 |
| G-03 | Atendente de Saúde | C | 304 |
| G-04 | Aux. de Artes Gráficas | B | 32 |
| G-05 | Aux. de Artífice | A | 254 |
| G-06 | Auxiliar de Manobras | B | 13 |
| G-07 | Aux. de Serv.Gerais | A | 524 |
| G-08 | Aux. de Trânsito | D | 113 |
| G-09 | Aux.Téc.de Topografia | D | 36 |
| G-10 | Capataz | C | 225 |
| G-11 | Carpinteiro | C | 67 |
| G-12 | Conferente Portuário | E | 13 |
| G-13 | Eletricista | D | 28 |
| G-14 | Guarda de Presídio | C | 92 |
| G-15 | Guardião | A | 99 |
| G-16 | Inspetor de Alunos | B | 209 |
| G-17 | Inspetor de Presídio | D | 11 |
| G-18 | Latoeiro | D | 15 |
| G-19 | Maquinista de Embarc. | E | 06 |
| G-20 | Marceneiro | D | 29 |
| G-21 | Mecân.de Equip.Pesado | F | 29 |
| G-22 | Mecân. de Veículos | D | 99 |
| G-23 | Mestre de Obras | F | 17 |
| G-24 | Mestre de Ofício | D | 25 |
| G-25 | Motorista | C | 362 |
| G-26 | Op.de Equip. Pesado | D | 120 |
| G-27 | Pedreiro | C | 57 |
| G-28 | Pintor | C | 46 |
| G-29 | Porteiro | A | 48 |
| G-30 | Servente | A | 2.776 |

À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir a Vossa Excelência, a fim de indicar o nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Werner Wanderer como membro suplente da Comissão Especial de Reforma da Constituição.

Aproveito a oportunidade para renovar

meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 264/86, que declara de utilidade pública a Mitra Diocesana de Palmas, com sede e foro no Município de Palmas.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja dada Preferência de Votação, para o Projeto de Lei n. 40/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 37/87).

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, solicita preferência de votação para a Emenda n. 56, do Projeto de Lei n. 32/87.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja submetido à apreciação deste Plenário, nesta sessão, o Projeto de Lei n. 32/87, bem como todas suas Emendas.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(aa) Cândido Bastos, Irondi Pugliesi, Haroldo Rodrigues Ferreira, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Paulino Delazeri, José Felinto e Acir Mezzadri.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, o retorno da Mensagem n. 32/87, às Comissões, por um período de quarenta e oito horas, requerendo ainda a sua inclusão na Ordem do Dia, tão logo transcorrida as horas requeridas que valerão para o Parecer de todas as Comissões.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no § 2º, do Art. 146, do Regimento Interno, o envio do Projeto de Lei n. 32/87, e Emendas apresentadas às Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Recursos Humanos, por quarenta e oito horas à cada Comissão.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Durvalino Motta.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O trágico acidente automobilístico que veio causar a morte do Senhor Durvalino Motta, a 9 de abril deste, privou a comunidade de Clevelândia, do convívio de um de seus mais dignos cidadãos. O extinto era cunhado do Excelentíssimo Prefeito Municipal de Verê, Senhor José Fedrigo e desfrutava do respeito e admiração daquela região do Estado.

Uma vez aprovado, que se envie ofício à família enlutada, em Clevelândia/Pr, bem como à Prefeitura Municipal de Verê.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ser ouvido o Douto Plenário, seja consignado um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Amadeu Fedrigo.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento do Senhor Amadeu Fedrigo, ocorrido em Cascavel, no último dia 13 deste mês, deixa enlutada a região do Sudoeste de nosso Estado. Pioneiro, de espírito desbravador, homem de grande capacidade de trabalho, tem na seriedade e competência com que seu filho José Fedrigo, Prefeito Municipal de Verê - vem administrando o Município, o seu melhor currículo.

Uma vez aprovado, seja este requerimento comunicado à Prefeitura Municipal de Verê, na pessoa de seu primeiro mandatário, juntamente com as condolências aos familiares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção

na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Coronel Policial Militar Médico Luiz Carlos Barros Lemos, ex-Diretor da Diretoria e Saúde da Polícia Militar do Paraná, destacado homem, médico e oficial da Corporação Policial Militar, extremado pai e amigo; falecimento ocorrido em 27 de abril do corrente, nesta Capital.

Outrossim, Requer, seja dado ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho primogênito Luiz Carlos Barros Lemos Filho, residente a Rua Ângelo Sampaio, n. 2762, ap. 152, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata desta sessão, um voto de congratulações pela passagem do "Dia do Contador", no dia 25 transato, por constituir-se indubitavelmente, hoje, a maior classe de profissionais liberais do Brasil.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Conselho Regional de Contabilidade- CRC-PR, na pessoa do seu Presidente José Carlos Madalozzo.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Os profissionais da contabilidade desempenham papel fundamental porque manejam quase todos os setores de atividades públicas.

Além disso, nenhuma entidade pode prescindir dos préstimos do contabilista e nisso implica que é ele quem registra, através dos números e dos dados estatísticos, das empresas econômicas ou dos setores públicos e privados, e têm função importantíssima: é o verdadeiro intermediário entre o contribuinte e o Estado, pois, do seu ofício nascem os instrumentos que carregam aos cofres públicos os tributos.

Além disso, os contabilistas não raras vezes transmitem conhecimentos dos quais advém a tranquilidade para os grandes e pequenos empresários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações pela passagem do 55.º aniversário de fundação do Aereoclube do Paraná.

No decorrer de sua existência, o Aereoclube do Paraná formou centenas de pi-

lotos e paraquedistas, sempre transmitindo, com eficiência e competência, os ensinamentos técnicos sobre navegação, meteorologia, regulamentos e aerodinâmica, transformando, em consequência, os formados em excelentes profissionais.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Presidente daquela Entidade, para que este leve ao conhecimento do corpo de instrutores sobre esta homenagem.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de um voto de louvor pela iniciativa da Senhora Edite Pizzatto, Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, em construir uma nova sede para aquela instituição a fim de abrigar os carentes vindos do Interior do Estado e que garantirá aos mesmos, toda a assistência e infra-estrutura necessárias ao tratamento de que precisam.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à homenageada.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedido Telex com caráter de "Urgência", ao Excelentíssimo Senhor Deputado Ervin Bonkoski do inteiro teor deste requerimento.

Temos visto públicas declarações e insidiosos movimentos no sentido de senão legalizar, pelo menos descriminalizar a prática do aborto. Esses movimentos preocupam, e muito. A família brasileira não aceita a legalização do crime e muito especialmente em tais circunstâncias, porque se trata do mais grave atentado contra a vida indefesa. A família brasileira, pela sua formação religiosa, pelo seu mais profundo e imutável amor ao próximo, preceito maior e mais sagrado de todo o ser humano, repudia com veemência a legislação do aborto. E nós, pelos mesmos motivos, também não aceitamos e repudiamos tal possibilidade de ver legalizado o crime contra um ser que não tem a menor chance de defesa e que nenhum delito praticou, nem sequer pediu para ser concebido.

Ressalvadas as situações previstas no Código Penal em que o aborto pode ser aceito, qualquer outra forma é crime, continua sendo objeto de punição e assim deve ser mantido. É o nosso pensamento, é o

pensamento da família brasileira, é o pensamento de todos os que lutam pelo direito e pela dignidade do ser humano.

O que nos preocupa é que movimentos muito bem urdidos, visam até confundir a opinião pública para chegar ao intento, injustificável intento sobre todos os pontos de vista. O mais grave e preocupante é que diabólicos argumentos são apresentados para justificar a legalização do aborto, como se houvesse meio de se legitimar tão hediondo crime. Esses argumentos são conhecidos e devem ser incansavelmente combatidos. É condenável que se pretenda justificar a prática liberalizada do aborto com a existência de pobreza, com a mortalidade infantil, com a marginalidade.

Execráveis serão os homens que aceitam eliminar uma vida nascente para evitar o trabalho de ter que velar por ela. Não será legalizando o aborto que iremos acabar com a pobreza, com as doenças, com as endemias, com os males orgânicos e sociais que grassam na população brasileira, em especial na infantil.

O que preocupa, e é lamentável, é que pessoas e grupos que se arvoram como defensores dos direitos humanos sejam os mesmos que, insidiosamente, tramam e lutam para ver o aborto legalizado. Os que pregam a liberdade sobre o corpo, negam o direito e a liberdade à vida. Os defensores desse tipo de crime distorcem dados e informações para buscar o intento a que se propõem. É inaceitável semelhante posicionamento, assim como deve ser repudiado o argumento de que hoje, de qualquer forma, se praticam dez mil abortos por dia em todo o País sob as mais precárias condições, levando à morte milhares de mulheres. O que precisamos então, é buscar o controle e a punição do crime, não apenas tornar o crime legalizado. Seria a mesma coisa que tornar legal o estupro, o seqüestro, o assassinato, o roubo e outros delitos, apenas com a desculpa de que de qualquer forma estão acontecendo. Mentalidades que assim pensam devem ser vigorosamente combatidas.

É preciso que os Senhores e Senhoras Constituintes, em especial os que integram a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso estejam atentos, da mesma forma que aqueles que integram a Subcomissão que trata dos direitos humanos. Toda a ação em favor do direito e da dignidade humana será invalidada se não lutarmos pelo principal direito de todo o ser humano, que é direito à vida."

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das

atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Senhor Ivanir Ogliari, Diretor-Superintendente da CAFE do Paraná, a seguinte solicitação:

- Instalação de Posto de Serviços da CAFE do Paraná, no município de Icaraíma-Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) Nilton Barbosa.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente requerimento é justificada pela necessidade latente de se prestar assistência aos produtores rurais do Município, que necessitam diariamente dos serviços técnicos desse órgão da administração do Estado, e vêm-se obrigados aos constantes deslocamentos a outros centros, em busca de atendimento para a solução de seus problemas, acarretando-lhe, por conseguinte, grandes gastos materiais e consumo de tempo, que procura-se evitar com a instalação do Posto solicitado, pelo que atendidas estariam as constantes reivindicações da população do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Fernandes Dias, a seguinte solicitação:

- Implantação de programa de IRRIGAÇÃO DAS LAVOURAS, banhadas pelo Rio Ivaí, no município de Icaraíma-Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente solicitação, em razão de ser a região de Icaraíma produtora da importante parcela de bens agrícolas do Estado do Paraná. Apresenta ainda, pela qualidade de seu solo, potencial para multiplicar suas colheitas, desde que receba atendimento técnico adequado para aumentar a fertilidade das terras agrícolas do município.

Considerando ainda a facilidade de irrigar grande parte das lavouras, face à existência do Rio Ivaí, o que vem de encontro aos objetivos do Governador do Estado que, preocupado em ampliar a produção de gêneros alimentícios, criou em condições inéditas em nossa história, o "Programa de Irrigação", entende-se oportuna a implantação imediata do citado programa, em Icaraíma.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", aos vinte e três dias do mês de abril de hum mil, novecentos e oitenta e sete.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, solicitando que envie esforços no sentido de implantação do Curso de segundo grau na Escola Estadual Presidente Kennedy - Ensino de primeiro grau, Regular e Supletivo", de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) DJALMA DE AMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Ponta Grossa, cidade com cerca de trezentos mil habitantes, conta, atualmente, com apenas seis escolas estaduais de segundo grau para o atendimento da população estudantil.

Por outro lado, os bairros de maior densidade demográfica e mais desenvolvidos comercial, industrial e economicamente no Município, como São José, Nova Rússia, Palmeirinha, Contorno, Chapada e Distritos de Piriquitos e Uvaia, não contam com nenhum estabelecimento de segundo grau.

Outro aspecto a considerar é que anualmente, só na Escola Estadual Presidente Kennedy concluem a oitava série do primeiro grau, cerca de duzentas e oitenta alunos, além de outros estabelecimentos de ensino de primeiro grau que dão atendimento até a oitava série, havendo anualmente uma média de setecentos e sessenta alunos concluentes.

Contudo, o atendimento de segundo grau na referida Escola, que poderá ser na linha de Educação Geral Propedêutica, não virá afetar o ensino de primeiro grau, visto que, desde a implantação de mais uma escola de primeiro grau, de primeira a oitava séries na sede do Distrito de Piriquitos, a qual absorveu uma parte de seus alunos, propiciou salas ociosas no período diurno, portanto, achando-se aquele estabelecimento de ensino plenamente em condições de receber a demanda de alunos advinda da implantação em apreço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Jorge Hauly, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, solicitando que o

Governo paranaense autorize o repasse, aos Municípios, da taxa de 1% (hum por cento) do valor final do ITBI, imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Os municípios de todo o Estado encontram-se em crítica situação econômica e, acreditamos que com o repasse autorizado do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, que o valor comportado neste Imposto, auxiliará no saneamento, se não em seu todo, pelo menos em parte, a crise financeira que assola as localidades paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Professor Álvaro Fernandes Dias, ofício solicitando o atendimento às reivindicações dos microempresários, quais sejam:

- aprovação do novo estatuto estadual das micros;
- tributação: simplificar os recolhimentos cobrados nas micros;
- abandono ou diminuição da fiscalização sobre as micros;
- retorno do salário de menores.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Essas reivindicações são resultado do encontro realizado em Cascavel, no corrente mês, sendo de interesse de todos os pequenos empresários do Estado do Paraná, que hoje, representam um elevado índice da economia nacional.

Essas solicitações tornam-se necessárias para que os microempresários possam expandir-se, além de divulgarem melhor seus produtos, ampliando sua área de comercialização e automaticamente recolhendo maiores tributos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, Doutor Gilberto Geraldo Garbi, solicitando o estudo da viabilidade de se instalar, com urgência, uma central telefônica na subsede de São Francisco, município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se um pedido da população local, tendo sido aprovado por unanimidade, um

requerimento apresentado pelos Senhores Vereadores do município de Santa Helena, conforme cópia em anexo.

É uma localidade em franca expansão e que necessita, urgentemente, de um meio de comunicação sem ter que depender de outros centros urbanos para atender às exigências da comunidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA.

Senhor Presidente.

INDICAÇÃO: 25/87

AUTOR: EDMAR DALLAMORA

APOIAMENTOS: OTÁVIO GUTKOSKI

ÊNIO BOMM

O Vereador, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas e, após ouvir o Egrégio Plenário, vem mui respeitosamente através deste, solicitar que seja enviado ofício ao órgão da TELEPAR, sede Curitiba, Pr., e ao Senhor Deputado Estadual: David Nataniel Cheriegate, no sentido de VIABILIZAR, com urgência, a INSTALAÇÃO DE UMA CENTRAL TELEFÔNICA, na localidade da SUBSEDE DO SÃO FRANCISCO nesse Município.

Sala das Sessões, em 02.04.87.

(a) EDMAR DALLAMORA

OTÁVIO GUTKOSKI

ÊNIO BOMM

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor DELCINO TAVARES DA SILVA, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando, a doação de um gabinete adonológico a ser instalado na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Três Barras do Paraná tem como base a agricultura, conseqüentemente a maior parte de sua população é constituída de trabalhadores rurais.

Os associados do sindicato, por sua vez, quando necessitam dos préstimos de um odontólogo, não podem pleitear à associação; eles têm que solicitá-los a um particular, pois, a sede não possuiu as condições necessárias para atendimento de seus coligados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja en-

viado expediente ao Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação da Estrada que liga o Distrito Doutor Oliveira Castro (Município de Guaíra) à Rodovia Marechal Cândido Rondon - Guaíra.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Doutor Oliveira Castro é um grande produtor agrícola de Guaíra, responsável inclusive por parte considerável da arrecadação daquele Município.

Entretanto, o seu desenvolvimento, principalmente o escoamento de sua safra agrícola, é sensivelmente prejudicado pela falta de pavimentação na única estrada de acesso do Distrito aos municípios vizinhos.

Além disso, devido à pequena extensão do trecho, apenas 9 Km., não se justifica tamanhos prejuízos àquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação da Estrada que liga o Município de Nova Santa Rosa ao Distrito de Santa Rita do Oeste (Terra Roxa) continuando até o asfalto Palotina-Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Santa Rita do Oeste contribui de forma decisiva para o desenvolvimento do Município de Terra Roxa. A prova disso é que o Distrito possui uma elevada estrutura econômica como o entreposto da COOPERVALE, agência do BANESTADO, água tratada pela SANEPAR, empresa TROIAM, serviço telefônico, energia elétrica, posto de correio e escolas de primeiro e segundo graus.

Apesar de todo este desenvolvimento, o Distrito ainda não possui ligação pavimentada com qualquer município vizinho, o que provoca enormes prejuízos, principalmente no escoamento de suas riquezas.

Além disso, o Município de Nova Santa Rosa não possui ligação pavimentada direta com os Municípios de Terra Roxa e Palotina, o que seria resolvido com o atendimento da presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se envie requerimento para o Excelentíssimo Senhor

Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de incluir no Plano de Obras da FUNDEPAR, uma Quadra de Esportes na Escola Estadual Marechal Cândido da Fonseca, Ensino de primeiro grau, no distrito de Sede Progresso, município de Verê.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Marechal Deodoro da Fonseca, vem se constituindo junto aos moradores de Sede Progresso, no município de Verê, no único canal de acesso aos conhecimentos elementares da informação e formação da citada comunidade, razão pela qual a comunidade reivindica uma quadra de esportes.

Sendo o esporte, fundamental para o desenvolvimento global do cidadão, esta reivindicação reveste-se justa e premente.

A presente justificativa recebeu ao mesmo tempo o apoio oficial do Excelentíssimo Senhor Rovílio Renostro, DD. Inspetor Estadual de Educação conforme Protocolo em anexo.

Uma vez aprovado, seja dado ciência deste requerimento à Prefeitura Municipal de Verê, bem como à Digníssima Presidência da Câmara Municipal do mesmo Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor ARY VELOSO DE QUEIROZ, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando providências junto à SANEPAR, no sentido de que sejam perfurados, com a máxima brevidade, poços artesianos nas localidades de Santo Antônio do Siemens e Santa Ana, ambas no Município de CAPANEMA, dando-se ciência deste requerimento ao Presidente da Câmara de Vereadores e ao Prefeito Municipal do referido Município.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

As localidades de Santo Antônio do Siemens e Santa Ana, no Município de Capanema, contam com expressivo número de habitantes e não possuem rede de abastecimento de água, servindo-se de precárias fontes naturais, trazendo sérios problemas à população.

Tratando-se a água, de elemento indispensável à sobrevivência e ao desenvolvimento das comunidades, estamos transmitindo, através do presente, o apelo das famílias para que este benefício venha a ser implantado com a máxima urgência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor ARY VELOSO DE QUEIROZ, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando providências junto à SANEPAR, no sentido de que sejam perfurados, com a máxima brevidade possível, micro-poços artesianos nas localidades de Linha São Francisco, Linha Valdomeira e Linha Km-13, todas no Município de Santo Antônio do Sudoeste, dando-se ciência deste requerimento ao Presidente da Câmara de Vereadores e ao Prefeito Municipal do referido Município.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento representa a reivindicação da população das localidades supra citadas, que com considerável índice populacional, ressentem-se com a falta de água, elemento indispensável à sobrevivência e ao desenvolvimento.

Estamos certos de que a SANEPAR, atendendo solicitação, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, não medirá esforços para o atendimento desta solicitação, com a máxima brevidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor LUIZ CARLOS JORGE HAULY, para que estude a viabilização de transferir a Delegacia Regional da Receita-DRR, de Cruzeiro do Oeste para a cidade de Umuarama.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Umuarama, uma das mais progressistas do Estado, sem dúvida alguma, hoje abriga um comércio ativo e uma grande quantidade de indústrias, sem contar com o setor agropecuário em ascensão vertiginosa, o que a transforma em um pólo importantíssimo da região Noroeste.

Portanto, tem as qualidades necessárias e preenche os requisitos para a instalação da Delegacia da Receita nesta Cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja formalizado através de expediente desta Casa, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, apelando no sentido de instalar o Batalhão da Polícia Militar na Cidade de Umuarama.

O crescimento populacional econômico-político de Umuarama, já há muito tempo a faz cidade-pólo da região Noroeste e uma das mais pujantes deste Estados, necessitando que os servidores públicos acompanhem este crescimento e, esteja à altura para corresponder às necessidades da população. A área da segurança é, sem dúvida, uma das mais requisitadas, e estando, atualmente o regimento policial instalado na Cidade de Cruzeiro do Oeste, tem sido difícil o desempenho dos policiais militares em Umuarama.

Compreendo que a construção e instalação do Quartel Militar, em Umuarama, viria ao encontro de uma antiga reivindicação da laboriosa comunidade desta Cidade.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, DR. OSMAR FERNANDES DIAS, reivindicando, em regime de urgência, a instalação de uma unidade da CEASA-PR., Central de Abastecimento, em Umuarama.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Umuarama.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES, no sentido de que o mesmo envie esforços para melhorar sensivelmente o atendimento aos usuários, tanto na qualidade dos serviços, como na agilização das internações e consultas médico-hospitalares.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

O sistema previdenciário no País, está, ainda, muito longe em atender as necessidades do povo brasileiro. A falta de profissionais e a baixa remuneração dos funcionários, bem como, a centralização da administração do INPS, a nível federal, têm sido as principais causas, para que os beneficiários, principalmente, os do Interior, tenham dificuldades para serem atendidos adequadamente.

As intermináveis filas de espera, para se obter uma consulta médica, os precários serviços que os trabalhadores doentes recebem, quando procuram o Instituto, são motivos sérios para que o Governo tome providências enérgicas e imediatas.

Em Umuarama, e com certeza em outros municípios deste Brasil, presencia-se lamentáveis cenas de contribuintes do sistema que, ao procurarem recursos que lhes são de direito, levam meses para serem atendidos.

O número de médicos é insuficiente, para a quantidade de doentes e faltam leitos nos hospitais.

Neste sentido, espera-se deste Ministério, consideração ao exposto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, DR. OSMAR FERNANDES DIAS, solicitando a construção de unidades armazenadora de cereais e congêneres, em Umuarama.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Umuarama.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A crise de abastecimento num Estado agrícola, como o Paraná, é sentida com bastante preocupação pelos agricultores e governantes, principalmente, quando estamos em uma temporada de colhermos uma super safra. A região de Umuarama, apesar da falta de incentivo do Governo Federal ao campo, terá uma colheita de grãos significativa e não tem onde guardá-la, ficando os produtos à mercê do preço baixo dos agiotas, para não perder o plantio.

Assim sendo, solicitamos, novamente, a participação deste Secretário, para o atendimento urgente da nossa reivindicação em nome do povo de Umuarama.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscre-

ve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua a Douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Doutor Roque Robson Piráquine, Digníssimo Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, solicitando a urgente implantação de sistema de abastecimento de água potável, no distrito de MARQUINHO, município de Cantagalo.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores, bem como ao Excelentíssimo Senhor Paulo Firmino Cardoso e à Senhorita Claudete de Farias, digníssima representante da Previdência Social área urbana e rural, daquele próspero Município.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

O distrito de Marquinho, desde a emancipação política de Cantagalo, está reivindicando esta implantação, haja vista a excelente posição geográfica em que se encontra, e ainda pelas grandes perspectivas de crescimento industrial e demográfico.

Contudo, as empresas que foram contactadas e demonstraram interesses auspiciosos, arrefeceram diante da inópia no sistema aquático daquela localidade.

Diante disto, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, considerando a suprema preocupação desta magnífica Casa de Legislação Estadual em mobilizar recursos para o operacionismo sócio-econômico dos municípios, rogamos o vosso insigne apoio a esta nossa reivindicação.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes solicitando a construção de acostamento na Rodovia que liga o Distrito de Quatro Pontes, do Município de Marechal Cândido Rondon ao Distrito de Sarandi, Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor René Ariel Dotti, Digníssimo Secretário de Estado da Cultura, solici-

tando doação de livros para as Bibliotecas Públicas Municipais de Campo Mourão e Goioerê.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

As referidas bibliotecas necessitam de livros, jornais e revistas para que possam atualizar os títulos que oferecem ao público leitor dessas cidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a nomeação de um guarda noturno para o Colégio Antônio Lacerda Braga, ensino de segundo grau, na cidade de Goioerê.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A referida Escola dispõe de aparelhos de computação eletrônica, além de outros bens como máquina de escrever etc., e necessita de um guardião para substituir o ex-guarda, falecido no ano passado e até hoje não substituído.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Douta Mesa, após ouvir o Egrégio Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitando, em regime de urgência, um veículo para a Delegacia de Polícia do Município de Antonina.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, à Câmara Municipal de Vereadores, à Delegacia de Polícia, bem como ao Ilustre Diretor do Porto Barão de Teffé, Senhor Wilson Cléo de Almeida, naquele Município.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

É lastimável o estado em que se encontra a viatura policial de Antonina.

Como é do conhecimento dos companheiros, a maresia que é um constante inimigo dos veículos que trafegam à beira-mar, destrói precocemente a estrutura dos que mais se expõem, como é o caso das viaturas policiais. Inclusive, está ridícula a situação pois, já foram efetuados vários reparos e não adiantaram, porque a estru-

tura já foi atingida e a qualquer momento teremos conhecimento do cômico fato da viatura policial de Antonina partir aos pedaços, quando em plena atividade na defesa da população.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER implantação do sistema DDI, no município de Icaraíma e Posto de Serviços Telefônicos, no distrito de Vila Rica do Ivaí.

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiada ao Presidente da TELEPAR, Dr. Gilberto Geraldo Garbi, a seguinte solicitação:

- Implantação do sistema de Discagem Direta Internacional - DDI; bem como ampliação e modernização da Central Telefônica da sede, e Posto de Serviços Telefônicos, no Distrito de Vila Rica do Ivaí.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional de Icaraíma, verificado nos últimos anos, fez com que a demanda de utilização de telefone aumentasse vertiginosamente. Como a Central Telefônica já é bem antiga, não mais oferece condições de atender adequadamente os usuários desse serviço, exigindo, para tanto, imediata ampliação, assim como, a substituição dos equipamentos - defasados pelo tempo - por outros mais modernos.

Da mesma forma, verificou-se importante desenvolvimento do Distrito citado, fazendo com que a necessidade de serviços telefônicos se tornasse imprescindível e inadiável, considerando a longa distância que o separa da sede do Município e a conseqüente dificuldade de deslocamento da população local, toda vez que necessitar usar desse serviço.

Além disso, ocorrem reiteradas manifestações da comunidade local, pela implantação do sistema de Discagem Direta Internacional, benefício hoje existente em uma parcela significativa dos municípios do Paraná, o que se justifica plenamente, pela posição de vanguarda que o Paraná ocupa no cenário nacional, no setor de comunicação telefônica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

regimento interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiada ao Senhor Governador do Estado; à Direção da PARANATUR e EMBRATUR, a seguinte solicitação:

- Transformação do Porto Camargo, de Icaraíma, em Ponto Turístico ou Balneário.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A transformação do Porto Camargo em Ponto Turístico ou Balneário oficial, é uma antiga aspiração da população de Icaraíma, visto que já há algum tempo, responde por importante parcela de arrecadação no comércio local, pela sua expressiva utilização como fonte de lazer, atraindo grande contingente de pessoas de várias regiões do Estado anualmente, o que contribui para consagrar a já tradicional "FESTA DO PACU".

Para que tal objetivo seja atingido, necessário se torna a oficialização com a expedição dos documentos correspondentes daquele Porto como centro turístico, de forma a viabilizar a ampliação dessa atividade, através de melhorias na infraestrutura, cujos benefícios trazidos ao município são por todos conhecidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, a seguinte solicitação:

- Pavimentação asfáltica da Estrada que liga o município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica do Ivaí numa extensão aproximada de 18 Km.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Vila Rica do Ivaí ocupa lugar de destaque no município de Icaraíma, pela significativa produção de café e outros cereais, contribuindo em muito para o desenvolvimento do mesmo.

Porém, nas épocas em que a região se vê assolada pelas chuvas, a estrada que liga o referido Distrito à sede do Município fica praticamente intransitável, fato que traz grandes prejuízos, pela impossibilidade de escoamento da produção agrícola. Ainda, dificulta em muito a locomoção dos moradores até a sede, pois que o tráfego de veículos pela estrada fica também impossibilitado.

A feitura da pavimentação asfáltica solicitada irá trazer benefícios vários ao

Distrito, assim como ao Município, além do que motivará grande satisfação à população local, que enfrenta as sérias dificuldades causadas pelo problema.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.09/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência, as proposições apresentadas na Legislatura anterior, sem aprovação, cuja tramitação não tenha atingido a fase de votação.

§ 1.º - O autor da proposição ou, na sua falta, os líderes de bancada, poderão solicitar, mediante requerimento à Presidência, dentro do prazo de quinze dias da publicação desta Resolução, o prosseguimento da tramitação da proposição, cujo andamento legislativo se pretenda manter.

§ 2.º - As proposições referidas neste artigo, serão relacionadas pela Diretoria Legislativa e encaminhadas à Comissão Executiva e às lideranças partidárias, enquanto não se esgotar o prazo previsto no parágrafo anterior e terão suas tramitações suspensas junto àquela Diretoria.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) VERA AGIBERT.

JUSTIFICATIVA:

Tramita-se, com efeito, junto às diversas Comissões Técnicas e Seções da Diretoria Legislativa, numerosas proposições que, por várias razões, perderam a oportunidade e interesse inexistindo dessa forma, motivo para serem submetidas à deliberação do Plenário.

Pretende-se, pois, com a presente medida, acompanhar a praxe já consagrada nesta Casa, com o objetivo de agilizar o processo legislativo e não sobrecarregar o Plenário com matérias que, por sua natureza e finalidade, já perderam a oportunidade.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 45/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O inciso IV, do parágrafo único, do art. 2.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984, com a redação dada pela Lei Complementar n. 30, de 18 de agosto de 1986, passa a vigor com a seguinte redação:

"IV - Para os servidores da Secretaria de Estado das Finanças, aposentados entre a data em que entrou em vigor a Lei n.

7051, de 04 de dezembro de 1978, e 30 de abril de 1983, os proventos de inatividade, a pedido, poderão ser revistos aplicando-se o disposto no "caput" do art. 24, da Lei n. 7424, de 17 de dezembro de 1980, assegurada a incorporação aos proventos dos servidores beneficiados com o disposto neste inciso, dos percentuais idênticos aos atribuídos aos funcionários atingidos pelo referido art. 24, da Lei n. 7424/80, desde que tenham ocupado cargos e desempenhado funções iguais, quando em atividade."

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na ata de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 46/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominado de "Doutor Arnaldo Busato" o Centro de Saúde I, do município de Santa Terezinha de Itaipu.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

A propositura do presente Plano de Lei visa dar atendimento à solicitação formulada pela Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, a qual houve por bem homenagear o ilustre paranaense, Doutor Arnaldo Busato, emprestando seu nome ao posto de saúde daquela localidade.

Julgamos a medida proposta oportuna e do mais alto censo de justiça, ao considerarmos a figura do saudoso paranaense, como um dos grandes defensores da causa pública, principalmente aos assuntos relacionados com a área da saúde, de cuja Pasta foi Secretário.

Nestas condições, apresentamos o presente Projeto de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 47/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Câmara Júnior de Cascavel - CA-JUVEL, com sede e foro no município de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Júnior de Cascavel - CAJUVEL, fundada em 08 de novembro de 1975, é patrimônio da comunidade cascavelense. Criada tendo como "propósito o desenvolvimento das suas habilidades individuais e o estímulo aos esforços conjuntos dos jovens, com o fim de promulgar o bem-estar econômico, social e espiritual de toda a humanidade" a CAJUVEL sempre esteve presente nos momentos mais significativos daquela Cidade do Oeste paranaense.

A sua contribuição foi reconhecida por Cascavel ao ser declarada de utilidade pública municipal, através da Lei Municipal n.1238, de 24 de setembro de 1976.

O Projeto de Lei que estamos apresentando, cumpre o disposto na Lei n.6994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece normas para a declaração de utilidade pública.

Ciente da importância da iniciativa, confiamos na manifestação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 48/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica extinto o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP.

Art. 2.º - As atribuições, pessoal e patrimônio do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, passam à responsabilidade ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Art. 3.º - Os contratos, acordos, convênios e termos de ajuste que se encontrem em execução pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP terão sua continuidade sob a responsabilidade do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Art. 4.º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) ANTÔNIO BELINATI.

Apoiamento: Pedro Tonelli, Algaci Túlio, Antônio Costernaro Neto, Basílio Zanusso e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

Em tempos de austeridade, há que centralizar para desonerar os gastos e para que se evite a acumulação de função dentro do mesmo governo. A medida proposta vem ao encontro da filosofia apregoada pelo Chefe do Poder Executivo, respondendo por um lado às necessidades de que os recursos sejam maximizados com maior intensidade, e por outro lado, canalizando os esforços para que o planejamento dos recursos e dos programas destinados ao desenvolvimento do

Estado, sejam elaborados numa perspectiva de problemática global e não fracionadas através de instituições, que muitas vezes, dirigem o mesmo esforço e recursos para planos semelhantes.

A aprovação da presente proposição, pelos nobres Pares, e se eleva à sanção transformada em lei, mostrará de forma inequívoca, a coerência com que a maioria dos Deputados com assento nesta Casa de Leis, conceberam e assumiram um programa de governo visando a solução dos problemas maiores da comunidade estadual.

Nestas perspectivas conto com a aquiescência dos Senhores Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N. 49/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, a Ação Social São Vicente de Paulo da Paróquia Sant'Ana, com sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente Projeto de Lei, em justo reconhecimento aos relevantes e efetivos serviços prestados à comunidade carente do município de Laranjeiras do Sul, declarar de utilidade pública estadual, a Ação Social São Vicente de Paulo da Paróquia de Sant'Ana, da cidade de Laranjeiras do Sul.

Para tanto, juntamos ao presente, a documentação exigida para tal fim, através da Lei n. 6.994/78.

PROJETO DE LEI N. 50/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Funcionários da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Paraná" - S.E.I.C., com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora se pretende declarar de utilidade pública é pessoa jurídica de Direito Privado, com finalidades filantrópicas e tempo indeterminado de duração, conforme disposições estatutárias (artigo 1.º - Estatuto).

Encontra-se devidamente legalizada pe-

rante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o n. de ordem 10762, do Livro "A" - 7 e Protocolo "A", n.15.

Por meio de suas finalidades, tais como a promoção do espírito comunitário e desenvolvimento de atividades culturais, sociais, de assistência, beneficência, previdência e jurídica, visa prestar inúmeros benefícios à coletividade.

Deve-se salientar o fato de não apresentar nenhum óbice de ordem legal, atendendo todos os requisitos para a declaração de utilidade pública. (Art. 1.º e seus incisos).

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos ilustres Pares, solicitando a sua aprovação, para que venha a merecer o reconhecimento público estadual.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu solicito às galerias que permaneçam em silêncio, não manifestando-se nem contra, nem a favor, durante o expediente desta sessão, de acordo com o Regimento Interno.

No Pequeno Expediente, consulto à Deputada Vera Agibert se fará uso da palavra. Com a palavra a Sra. Deputada Vera Agibert, inscrita.

A SRA. VERA AGIBERT - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Todo o avanço científico deve trazer benefícios à humanidade. Por outro lado, se a sua prática colocar em risco a vida, deve ser evitado. Não se justifica, em nome do progresso material a destruição da vida, seja ela, humana, animal ou de qualquer espécie.

Uso esta tribuna para comentar sobre o primeiro aniversário da catástrofe nuclear que apavorou a humanidade segundo declaração de um diplomata soviético, "Chernobyl foi o pior desastre que já aconteceu no mundo". Por que um acidente, em uma pequena cidade do outro extremo da Europa, causou tanto pânico ao homem em todas as Nações da terra?

Em primeiro lugar, pelo perigo fatal de contaminação pela radioatividade. Em segundo pela carência de informações sobre os segredos da energia nuclear e seus poderes de destruição.

Para as autoridades e inclusive para a comunidade científica que trabalhou no Projeto, a energia atômica era tão segura a ponto de externarem comentários como estes.

"Trabalhar em Chernobyl era mais seguro que dirigir um automóvel" segundo o supervisor da divisão de segurança, o engenheiro chefe contestava. "A usina de Chernobyl é absolutamente segura, tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente".

O Ministro de Energia ucraniano expli-

cou que Chernobyl era o primeiro passo para a implantação de outras centrais nucleares geradoras de energia na região. Segundo ele, "As chances de explosão do reator eram de uma em dez mil anos."

Os cientistas e engenheiros soviéticos assim como a comunidade científica ocidental tinham absoluta certeza do controle da força nuclear no entanto no dia vinte e seis de abril de 1986, a explosão do reator de Chernobyl fez o mundo todo duvidar das conclusões otimistas dos homens do Poder e dos homens do saber.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados!

Embora pareça um assunto utópico e longe da realidade brasileira, há de se levar em conta os efeitos nocivos da radiação a cujos danos não se impõe limites.

O desastre de Chernobyl não foi simplesmente por 30 vidas ceifadas na explosão. Afinal, isto acontece no trânsito do Paraná em um feriado prolongado o alerta que faço a todo homem público deste País, principalmente aos Legisladores e Constituintes é que se mantenham em permanente vigilância contra atos autoritários aos Direitos de preservação da vida e da ecologia.

E que os técnicos e cientistas tenham a dignidade do respeito pela vida acima da ética profissional para esclarecer com exatidão o perigo e os riscos que correm as pessoas quando de suas experiências. A humanidade não pode servir de cobaia para os inventos e os desmandos do Poder.

De parabéns está o povo de Antonina que impediu a implantação de uma indústria química que além dos danos ecológicos, iria causar permanente perigo à vida humana.

Toda evolução há de encontrar a barreira do seu limite às civilizações antigas alcançaram um grau tão elevado de evolução científica, sobrepondo-se aos limites naturais de segurança sendo a causa da sua autodestruição.

Finalizando, que Angra dos Reis seja sepultada e que não se pense em alternativas de energia para o Brasil, sem antes informar o povo sobre seus riscos e perigos.

Lembramos este desastre porque a Ucrânia é um País com as mesmas características do Estado do Paraná. Isto é, um País agrícola, industrializado e que tem a maior usina Hidroelétrica em atividade "Dinipropetrosk". No entanto seu povo foi privado do direito de opinar sobre a usina nuclear e aproximadamente cem mil pessoas ainda vão morrer dos seus efeitos.

Neste ato quero externar meu pesar aos brasileiros da comunidade ucraniana que perderam nesta catástrofe sua gente e sua terra."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto o Deputado Antônio Belinati, se fará uso da palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveitando o conteúdo da matéria que vamos votar hoje, de autoria do Senhor Governador do Estado, para a Reforma Administrativa no Paraná, e considerando que o Governo tem manifestado um grande interesse em economizar, em reduzir gastos, e até mesmo em promover demissões no Governo do Paraná, nós vamos fazer chegar às mãos de Vossa Excelência, Senhor Presidente, um anteprojeto de nossa autoria, pedindo a extinção do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A- BADEP, pois, a finalidade principal do BADEP, é a industrialização do Estado do Paraná, e como a própria diretoria do Banco tem afirmado que não tem recurso, que o Banco está praticamente falido, entendemos que a extinção do BADEP, vai dar ao Governo uma sensível economia, e até mesmo vendendo o luxuoso prédio, edifício-sede do BADEP, bem no centro de Curitiba.

É este, Senhor Presidente, o nosso anteprojeto, que encaminhamos a Vossa Excelência, pedindo a extinção do BADEP.

E em segundo plano, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uso a tribuna para dizer que estamos coletando assinaturas dos líderes de todas as Bancadas desta Casa de Leis, para as emendas que estamos apresentando, e em nome dos reitores, professores, alunos e funcionários das Universidades Estaduais do Paraná, para que nesta Reforma Administrativa de hoje, possamos dar à família universitária, que honra esta Casa de Leis, trazendo para cá tanta empolgação, tanto calor, tanta vibração, tanta demonstração de interesse, que lotou ônibus de Maringá, de Ponta Grossa, de Londrina e de várias cidades do Paraná, vindo aqui para expressar a sua preocupação com a autonomia das Universidades. Alguns Deputados têm dito, particularmente, que são favoráveis à autonomia da Universidade, e o próprio Governo disse na televisão que a autonomia vai ser preservada, não vai ser quebrada.

Entretanto, a partir do momento em que uma Universidade tiver que ser subordinada a uma Secretaria de Estado, fatalmente, inevitavelmente, estará quebrada a autonomia desta universidade, com prejuízo para a área cultural, científica, didática, pois, a questão ultrapassou, em muito, o aspecto do salário do professor e do funcionário da Universidade.

Por isso, Senhor Presidente, hoje é um dia histórico para a Assembléia Legislati-

va, porque estes professores e alunos lotam a Assembléia Legislativa, certamente estão desejosos de sair daqui, já que viajaram a noite toda. E eles esperam, certamente, após mais um dia de sacrifícios, serem recompensados, quando chegarem amanhã, em suas respectivas cidades, para dizerem aos demais colegas, que aqui, na principal Casa de Leis do Paraná, as emendas apresentadas e que serão votadas hoje, foram aprovadas pelos Senhores Deputados, independente de sigla partidária, restaurando ou mantendo esta autonomia que é a causa desta grande bandeira, de luta, desta gente valiosa que vem honrar a Assembléia Legislativa.

Eu volto a repetir, Senhor Presidente, a minha Bancada, o PDT com seus cinco Deputados, vota pela autonomia, mas o nosso apelo hoje, é para que os demais Deputados, principalmente, da Bancada do PMDB, que detêm aqui a grande maioria de trinta e sete Deputados, possa a Bancada do Governo votar também a favor da autonomia, a favor da luta, da Bandeira, desta gente que está hoje lotando as galerias da Assembléia Legislativa.

Autonomia já, Senhor Presidente, é a nossa grande causa, a luta de todos nós.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu solicito e informo, mais uma vez, às galerias, que de acordo com o Regimento Interno, é vedada a manifestação da mesma. Solicito a compreensão dos senhores para que possamos cumprir o Regimento Interno.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, inscrito.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais integrantes desta Casa.

Em tempo de se votar uma Reforma Administrativa, com a qual o Governo justifica a contenção de despesas, no Interior do Paraná, na cidade de Jacarezinho, todos os empresários do município, vivem um drama.

É bem verdade que dentre os Deputados, votados na Cidade de Jacarezinho, nós fomos o que menos votos obtivemos, e conseguimos nos eleger e hoje estamos aqui nesta Casa. Por isso, estranhamos a falta e a ausência dos Deputados votados naquele Município, na defesa dos interesses daquela região.

Companheiros Deputados e Senhor Presidente, em época de contenção de despesas, nós vemos que o Governador Álvaro Dias anunciou, em seu recente pronunciamento, a desativação da Regional do Banco do Estado da Cidade de Jacarezinho, passando-a para outra, a de Santo Antônio da Platina.

Nós não temos nada contra Santo Antônio da Platina, até gostamos e vemos, com tristeza, que o Governo do Paraná vai investir muito dinheiro para transferir a Regional do Banco do Estado do Paraná, da Cidade de Jacarezinho para a Cidade de Santo Antonio da Platina.

É época, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de contenção de despesas e eu pergunto, o que vai se fazer com o fabuloso prédio no qual o Banco do Estado funciona hoje na Cidade de Jacarezinho? Essa é a pergunta dos vários segmentos da sociedade de Jacarezinho, apresentada neste manifesto, que eu requeiro a Vossa Excelência, seja incluído, fique constando dos Anais desta Casa, para defesa dos interesses do povo de Jacarezinho.

Santo Antônio da Platina, merece e muito mais do que isto, mas não em detrimento de uma cidade tão pujante como Jacarezinho.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Conforme solicitação do Senhor Deputado, anexo Manifesto).

"MANIFESTO"

As entidades de classe, clube de serviço e a liderança empresarial de Jacarezinho, reunidos na Associação Comercial e Industrial de Jacarezinho, no dia 08 de abril de 1987, e,

- Considerando que sua Excelência, o Governador Álvaro Dias, em recente pronunciamento público, feito na Cidade de Santo Antônio da Platina, declarou a breve instalação da agência regional do Banco do Estado do Paraná S.A., naquela Cidade;

- considerando que até três anos atrás, Jacarezinho sediava mencionada Agência Regional;

- considerando que nos últimos anos vinha funcionando nesta Cidade, embora não oficialmente, referida regional, com atendimento a mais de sessenta cidades da Região;

- considerando que o prédio da Agência de Jacarezinho do BANESTADO possui instalações adequadas para o funcionamento da Regional;

- considerando que o prédio do BANESTADO em Santo Antônio da Platina não possui lugar apropriado e nem físico para o funcionamento naquela localidade da regional;

considerando que o atual Governo do Estado do Paraná, tem declarado publicamente a necessidade de contenção de despesas;

- considerando que a instalação da Regional do BANESTADO em Santo Antônio da Platina irá onerar aquele estabelecimento bancário com a adaptação do prédio ou locação de outro, coisa que não ocorreria com a criação da regional em Jacarezinho,

onde já funciona oficialmente.

- considerando que Jacarezinho é sede de microrregião e, como tal, aqui devem estar sediados todos os órgãos estaduais e regionais.

R E S O L V E M:

- Manifestar seu veemente "PROTESTO" contra a não instalação da agência regional do Banco do Estado do Paraná S.A., na cidade de Jacarezinho.

- Manifestar, ainda, seu descontentamento com o desprestigiamento que a cidade sofreu com a criação da regional em outra localidade.

- Repudiar aqueles que, recebendo apoio eleitoral na população de Jacarezinho nas últimas eleições, contribuíram para que tal situação se tornasse possível.

- Tornar público tal manifesto. Encaminhando-o a Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., a todos os Deputados Estaduais eleitos em 1986, e que obtiveram votos em Jacarezinho. Aos Secretários de Estado. Publicando-o na imprensa Estadual e local, solicitando sua leitura na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Câmara dos Vereadores de Jacarezinho, Rádio Educadora Rural de Jacarezinho, Rádio Jacarezinho, Emisora de Rádio e Televisão do Estado.

Jacarezinho, 08.04.87.

- 01- Waldemar Cesco
Associação Comercial e Industrial de Jacarezinho.
- 02- Antonio da Silva
Country Clube de Jacarezinho
- 03- Eneas dos Santos Brun
Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Jacarezinho
- 04- Antonio Bicudo de Oliveira
Sindicato dos Empregados do Comércio de Jacarezinho
- 05- José Lazaro Boberg
Centro Espírita João Batista
- 06- Reginaldo Andrade
Sindicato Rural de Jacarezinho
- 07- José Carlos Gomes de Oliveira
Associação dos Professores de Jacarezinho
- 08- Hayrton Tobias Mendes Andrade
Associação Dentista
- 09- Pedro Ely Tramontini
Cooperativa Regional Agrária de Cafeicultores Norte Paraná.
- 10- Sergio Fioravante
Dacalda - Dest. de Alcool Correa de Arruda Ltda.
- 11- Augusto Clariberto Foggiato
Lojas Aristides Lobo- Maçonaria
- 12- Dr. Celso Antonio Rossi
Dr. Octacilio Medeiros de Souza
Associação dos Advogados de Jacarezinho.
- 13- Helio Machado de Lima

- Câmara de Vereadores de Jacarezinho
- 14- Eduardo S.D. Quintanilha Braga - Dr. Associação dos Plantadores de Cana do Paraná
 - 15- Antonio Vendramin Filho - Dr. Junta Médica de Jacarezinho
 - 16- Helio D'Andrea Gentil Gentil Veículos Ltda
 - 17- José Tadeu Cotrin Cescotrin Materiais de Construção Ltda.
 - 18- Dr. Francisco Chagas Lions Clube de Jacarezinho
 - 19- Aparecido Ferreira Rotary Clube de Jacarezinho
 - 20- Silvio José Ferreira Lojas Ferreira
 - 21- Carmelito Lelis Cerqueira Representante do Protestantismo
 - 22- Dr. Nassib Miguel Dept. Jurídico - Associação Comercial
 - 23- Clero - Comunidade Religiosa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Lindolfo Júnior, inscrito.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos, comunidade universitária.

Ocupamos o Pequeno Expediente, Senhor Presidente, para registrarmos o que com muita propriedade o Líder da nossa Bancada, Deputado Basílio Zanusso, certamente fará com maior clareza, diz respeito à reunião e ao encontro realizado na nossa cidade, em Maringá, com a participação de todos os membros do partido e representantes da Executiva, principalmente da microrregião Norte.

Dividimos os nossos trabalhos, um na parte da manhã com a participação de líderes sindicais, de empresários; e o outro na parte da tarde, na Câmara Municipal, com a participação dos filiados, dos soldados, dos militantes do nosso Partido.

Naquela oportunidade, na parte da manhã, Senhor Presidente, tivemos a honra e a satisfação de receber para breve relato de um encontro com o Governador Álvaro Dias, membros da comunidade estudantil, do diretório acadêmico da Universidade de Maringá, o ilustre e preclaro amigo Anibal Moura, Vice-Presidente da ANDES - Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior. E naquela oportunidade, Senhores Deputados, dirimidas as dúvidas com relação à autonomia das Universidades do Paraná, chegávamos então a um consenso e à conclusão de que o Governador Álvaro Dias, um homem de bom senso, um homem filho da nossa cidade, se reuniu na noite anterior, quando da abertura do Parque de Exposição da nossa Cidade, para dizer aos universi-

tários, aos professores, aos alunos, aos funcionários, que a Bancada do seu Partido, a Bancada do PMDB, estava liberada para votar pela autonomia das universidades do Estado do Paraná.

Com alegria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, recebíamos então aquela notícia e aquela informação, e o Senhor Governador não deixava dúvida alguma e a sua transparência foi a maior possível, pois é um homem sensível e, apenas por um lapso até podemos assim dizer, incluiu na Reforma Administrativa, o corte da autonomia total para as Universidades do Estado do Paraná.

E por que, Senhor Presidente? Temos aqui Deputados com mais de vinte anos de Casa, Deputados que sabem que a universidade, como um todo, transcende qualquer Governo Estadual e Municipal, e até a esfera Federal, pois a universidade precisa, acima de tudo, ter a sua autonomia para formar homens que mudem os rumos deste País. E só conseguiremos essa mudança, Senhor Presidente, não com a mudança de um Governo ou com quatro, oito ou doze anos. Precisamos investir na educação e por isso, com muita pena até, vinha sendo aprovado nesta Casa, um Projeto onde o Governo do Estado bancava, encampava a dívida da Cidade Industrial de Curitiba.

Ora, Senhores. Por que então, não trazermos dólares para o Estado do Paraná, para investirmos no homem, no ser humano, na pessoa? Porque nós sabemos e temos a convicção de que os Governos passam e as universidades ficam.

Apenas para concluir o nosso raciocínio, queremos ressaltar, mais uma vez, que o Governador Álvaro Dias vai passar. Quiçá - e temos a certeza disso - se o Governo do Estado do Paraná for um bom governo no final desses quatro anos, ninguém vai dizer que o Reitor, que a equipe de pesquisa da UEL, da UEM, da Universidade de Ponta Grossa, que os professores, que os servidores públicos eram competentes. Não, as benesses ficarão para o Governador Álvaro Dias.

Por isso, Senhor Presidente, o sustentáculo do Estado, de uma administração estadual e municipal - e até podemos dizer, federal, depende do servidor público, dos funcionários das universidades, que superlotam as galerias desta Assembléia, dos alunos e professores que querem a autonomia já, para o que podem contar com o apoio e o voto de PFL.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente. Consulto o Deputado Pedro Tonelli, inscrito, se fará uso da

palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli, por trinta minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, demais participantes e ouvintes desta sessão de hoje, que, aliás, é uma sessão de extrema importância.

Ao abordarmos mais uma vez a reforma administrativa, que é o tema em questão desde a semana passada, e que continua nesta semana, somos obrigados a lembrar que hoje o País, os Estados e os municípios, em conjunto, devem, mais que duzentos bilhões de dólares. Mas, o que tem a ver o endividamento externo de duzentos bilhões de dólares com a reforma administrativa que está sendo discutida nesta Casa?

Lembramos isso, porque o setor público - de início nós incluímos também o Estado do Paraná - está caminhando para a insolvência. A União, os Estados e os Municípios, ao longo de todos esses anos de ditadura e mesmo agora na Nova República, transferiram e transferem para o setor privado toda a sorte dos recursos, na forma de benefícios fiscais, isenções, anistias, obras de infra-estrutura, por meio de negociatas, escândalos financeiros e outras formas. Tudo isso só é feito ao custo do endividamento externo e interno do País, dos Estados e dos Municípios.

Por outro lado, em função desse endividamento e falta de recursos, alcançou níveis insustentáveis, a chamada dívida social. A população brasileira sofre hoje toda a espécie de privações nos setores da saúde, habitação, transporte, educação, salário, emprego, reforma agrária e outros. A grande maioria da população - que é a população trabalhadora brasileira e paranaense, não participa da riqueza produzida, não participa das decisões que são tomadas e ainda é, muitas vezes, acusada de ser responsável pela atual situação em que se encontra a nossa sociedade e pela crise financeira e econômica em que se encontra hoje o setor público.

Assistimos hoje, também a uma campanha de moralização e de racionalização do Poder Público. De Norte a Sul se fala em demitir funcionários, de caça aos "fantasmas", em acabar com os "marajás" e de outras tantas coisas deste gênero. Somos favoráveis, sim, que os "fantasmas" apareçam e sejam banidos, que não apareçam mais nas folhas de pagamento; que os "marajás" paguem pelos abusos que cometeram e que se racionalize o setor público para que preste melhor serviço à sociedade, serviço público, é óbvio.

Refletimos ainda...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência

me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Espero que Vossa Excelência seja democrático e ofereça a oportunidade de um aparte a este Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Queria comunicar a todos, e também à Presidência desta sessão, que vou conceder aparte só depois da metade do meu tempo. Antes dos quinze minutos finais não concederei aparte, pela ordem, aos que solicitaram.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Gostaria, então, de solicitar a Vossa Excelência que fizesse a inscrição de meu nome para um aparte ao nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Já há dois inscritos, Vossa Excelência e o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Aguardarei ansiosamente o aparte de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito bem. Portanto, não concordamos, de maneira alguma que o setor se moraliza simplesmente com a demissão dos funcionários; querer apresentar isto, é falsear a verdade; querer isto, é não atacar os problemas mais profundos; é levantar uma cortina de fumaça para esconder os grandes escândalos, como os que vimos recentemente no Governo João Elísio, o escândalo da FAEP, o escândalo dos cofres públicos que estão pagando uma casa para o Governador. Uma casa que não sei se o Estado pode concordar se é algo justo e moral. Não sei se podemos concordar com o escândalo do BANESTADO; não sei se podemos concordar com o escândalo da anistia fiscal e de outros escândalos que percebemos e que já foram denunciados aqui nesta tribuna.

Antes de falar em reforma administrativa e de saneamento financeiro do Estado às custas de demissões de funcionários, é preciso localizar as formas de uso e a razão dos recursos públicos, isto é, sanear a ordem financeira. Para isto, se requer duas providências. Primeira, avaliar e quantificar o quanto o Estado do Paraná está perdendo com as isenções fiscais concedidas pelo Governo de Richa e nomear publicamente quem se beneficiou com isto.

Temos que também levantar a sonegação dos impostos estaduais. Igualmente, trazer a público todos os dados referentes a isto. Mais ainda, comparar qual é a capacidade contributiva do Estado ao atual valor da arrecadação e melhorar o aparelho fis-

cal arrecadador.

Outro ponto, diz respeito a quantificar as anistias fiscais concedidas nos anos recentes e nominar os contribuintes beneficiados. Garantia fiscal.

Temos também que, por outro lado, ter uma avaliação das despesas do Estado. Para isto, temos que dimensionar os encargos financeiros relativos aos serviços da dívida, pagos ou rolados nos anos recentes, que projetam com rigor o perfil de dívida para o futuro próximo, o que também é preciso que se publique.

É preciso também verificar qual foi o aumento da dívida em função da sua rolagem e qual a razão desta. É preciso também levantar quais são os débitos para com a Administração Direta e Indireta, com as entidades financeiras nomeadas...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Depois dos primeiros quinze minutos eu vou conceder os apartes.

O Sr. Edmar Luiz Costa - A democracia do PT é sempre do meio tempo para frente.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, eu solicito que me garanta o uso da palavra.

Queria também lamentar e levantar, como preocupação, quais os beneficiários dos recursos captados através das obrigações do Tesouro do Estado. Além disso, é preciso levantar também, as alienações patrimoniais dos anos recentes, a quem beneficiam e nominá-los publicamente. E, antes de falar em reforma administrativa, seria necessário primeiro divulgar e tornar pública a Folha de Pagamento do Estado, com o total de vantagens do pessoal ativo e inativo, tendo em vista detectar os seus altos salários, os salários em dobro e outras irregularidades, do nosso ponto de vista. Nós teríamos também, que estabelecer um plano eficaz de normalização dos salários do funcionalismo público, na medida...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ... da grande evasão dos melhores...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - ... é preciso também estabelecer um plano para normalizar as contratações e as demissões. Nós, do

PT, gostaríamos, sinceramente de ver a Reforma Administrativa tratando de todas estas questões. Só assim, nós teríamos a certeza, ao discutir e ao votar o atual Projeto de Reforma Administrativa, do que nós estamos dando o aval para que a classe trabalhadora, em particular, e a sociedade, como um todo, não vai mais uma vez...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ... permitir que o Estado continue a favorecer um pequeno grupo, que sempre mamou nas tetas do Estado para engordar o seu patrimônio. É com base nesse argumento, é com base nessa argumentação, que nós estamos...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Depois dos quinze minutos, vou conceder.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência sempre diz: "- Depois, na seqüência", mas na verdade até hoje Vossa Excelência não me deu a honra de um aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu solicito que Vossa Excelência chame a atenção do Deputado que vive perturbando o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência está lhe assegurando a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

Com base nisso é que este Parlamentar está propondo seis Emendas ao Projeto de Reforma Administrativa.

A primeira se refere ao Artigo 92, letra "E", onde se estabelece que a Secretaria de Administração terá um prazo de trinta dias para publicar a Relação Nominal de todos os funcionários tanto da Administração Direta como Indireta, bem como os seus respectivos salários e locais de lotação referentes ao ano de 1987.

Com referência à Emenda da Criação dos Conselhos Populares da Administração Pública, nós estamos propondo também que toda a administração pública seja comandada e baseada por um Conselho Popular representativo dos setores de toda a sociedade. Igualmente estamos apresentando para suprimir o inciso III e alterar o inciso

4.º do artigo 8.º, que passa a ter a seguinte redação...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - "A Diretoria é constituída de um Diretor-Presidente, um Secretário e três Coordenadores. E o Diretor-Presidente será de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Secretário do Planejamento e Coordenação Geral. Então, essa é uma outra emenda que nós estamos propondo".

Estamos propondo, também, a criação dos Conselhos Populares. Estamos propondo, também, que a Secretaria de Administração publique anualmente, todos os anos em dezembro, a relação nominal de todos os funcionários, tanto da Administração Direta como da Indireta, os salários e os locais de lotação.

E a outra Emenda que nós estamos propondo fala sobre as Fundações, referindo-se ao artigo 7, que já é matéria, creio eu, decidida nessa Casa, a cujo respeito não é preciso mais argumentar, pois se refere à autonomia das Universidades.

E uma outra Emenda que nós estamos propondo diz respeito às demandas, as contratações e as demissões de pessoal. Nós estamos propondo que as contratações de pessoal para o serviço público seja somente por meio de concurso público.

(O Sr. Deputado Dirceu Manfrinato faz insistentes pedidos de apertes).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência assegura a palavra ao orador, Deputado Pedro Tonelli, e solicita ao nobre Deputado que observe a aquiescência ou não do Deputado que está com a palavra. Vra.

O SR. PEDRO TONELLI - Outra Emenda que estou propondo é que se crie a obrigatoriedade do concurso público para a contratação de trabalhadores para serviço público. E que as demissões não sejam meramente caso de empreguismo ou de desempreguismo. Elas têm que ser procedidas mediante um inquérito administrativo.

Essas são as emendas que nós estamos propondo, e que coloco à apreciação das Comissões que certamente as apreciarão, e também deste Plenário. Creio eu que desta forma nós vamos salvar o que precisa ser salvo. Porque hoje nós estamos vendo por aí aquilo que no passado se chamava de "caça às bruxas", ou de perseguição política e hoje se chama de moralidade e se chama de reforma administrativa.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Eu quero agradecer a Vossa Excelência, primeiramente por este ato democrático, de conceder a este Deputado o aparte de Vossa Excelência. Mas, ao mesmo tempo, ilustre Deputado, existem os falsos defensores. Falsos defensores são aqueles que pregam a defesa do trabalhador, assim como pregou o Presidente do seu partido, o Sr. Lula, que dizia defender o trabalhador, mas que provocava as greves em São Paulo para beneficiar as multinacionais.

Um homem que dizia defender o trabalhador, mas este Deputado teve oportunidade de presenciar fatos dos falsos defensores do trabalhador. No Estado de São Paulo, precisamente em São Carlos do Pinhal, quando o Senhor Lula aparecia para fazer uma palestra na Faculdade de Direito daquela cidade, eu estava presente. Quando eu me desloquei ao hotel daquela cidade para fazer uma reserva de um apartamento, no qual eu permaneceria naquela cidade, e o porteiro do hotel disse de que não tinha condições de me acomodar porque o hotel já estava todo reservado para receber a comitiva do Presidente do seu Partido do PT, O Senhor Lula.

Quero que Vossa Excelência saiba, ilustre Deputado, que o hotel até hoje existe lá em São Carlos do Pinhal, tem cinquenta e seis apartamentos e o presidente do seu partido chegou em dois Dodge-Dart pretos, apenas acompanhado de sete pessoas e se instalou num hotel inteirinho por medida de segurança. Onde está aí, Senhor Deputado, um homem ficar num hotel inteirinho, que paga um hotel inteirinho para hospedar apenas oito pessoas? Onde está a defesa do trabalhador? Está aí, sim, as mordomias de um homem que faz o jogo das multinacionais neste País. Em 1979, uma Belina II custava Cr\$ 179.000,00 e, através das greves promovidas pelo Senhor Lula, em trinta dias, a Belina passou a custar Cz\$ 530.000,00 com a mesma mão-de-obra, a mesma matéria-prima, beneficiando as multinacionais. E o Senhor Lula, que defende os trabalhadores, hoje vive com grandes mordomias na capital paulista. E Vossa Excelência, que defende o trabalhador, que tanto fala do trabalhador, se esquece que, hoje, é o Dia das Empregadas Domésticas, e que, portanto, Vossa Excelência tinha por responsabilidade fazer a defesa dos trabalhadores, principalmente das empregadas domésticas.

Vossa Excelência lê muito bem os discursos programados; Vossa Excelência recebe, neste instante, um recado, não sei se é da assessoria do seu Partido, mas Vossa Excelência, Deputado, tem que ter a dignidade de defender dentro de si o seu pensamento, e não ser um robô teleguiado por aqueles que procuram agitar este País, que procuram tumultuar e que, na verdade, não

estão produzindo pelo Paraná e pelo Brasil inteiro.

E Vossa Excelência, um homem humilde, que saiu do campo como eu também saí, não pode deixar se teleguiar por aqueles que não querem trabalhar e produzir por este Estado e por este País.

O SR. PEDRO TONELLI - Conclua ou, então, se inscreva no Grande Expediente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência ainda, Deputado, está em tempo de se recuperar; não se deixe dominar pelas demagogias, pelas mentiras e pelas injustiças. Vossa Excelência tem que parabenizar o Governador Álvaro Dias pela eliminação dos marajás, atitude que Vossa Excelência cobrou aqui, no passado. Álvaro Dias está acabando com os "fantasmas"; Álvaro Dias mandou uma Mensagem a esta Assembléia Legislativa, pedindo exatamente ...

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, o Deputado Pedro Tonelli, há dois minutos solicita a sua atenção e Vossa Excelência, infelizmente, por causa de pessoas atrás da sua cadeira, não pode lhe dar a devida atenção.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Presidência informa que está atento aos acontecimentos do Plenário e solicita ao aparteante que seja breve em seu aparte. Continua com a palavra, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, solicito que conceda trinta segundos para o Deputado Dirceu Manfrinato concluir o seu aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu encerro nos trinta segundos, ilustre Deputado. Dizem que "errar é humano e perdoar é divino". Eu perdôo Vossa Excelência pela sua inocência e por ser teleguiado. Mas, Vossa Excelência ainda terá três anos e meio nesta Casa e terá oportunidade de se recuperar e alcançar maturidade como Deputado Estadual.

Muito obrigado.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na seqüência. Deixe eu me pronunciar sobre algumas afirmações que o Deputado Dirceu Manfrinato fez e que creio eu, não são verdadeiras, como tantas inverdades que circulam por aí.

Gostaria de dizer ao nobre colega Dirceu Manfrinato, que eu acho que ele não é conhecedor, ou seria, talvez, o último co-

nhecedor do PT. Deveria ele falar, isto sim, acerca de seus companheiros, que estão no seu Partido.

Queria também questionar: quem, realmente, são os falsos defensores dos trabalhadores desta Pátria? São aqueles que ajudam os trabalhadores a entender a situação e, junto com os trabalhadores, lutam até às últimas conseqüências, que são as greves, que são indesejáveis pelos trabalhadores, é lógico, ou os falsos defensores dos trabalhadores são aqueles que também aqui nesta Casa vêm para tentar encobrir e tentar jogar a culpa no PT, pelos escândalos, pelos abusos que estão ocorrendo nos cofres públicos, que são o sangue e o suor dos trabalhadores que estão faltando? O dinheiro que está faltando para a educação, o dinheiro que está faltando para disparar o gatilho dos funcionários públicos, a terra que está faltando para os trabalhadores produzirem, é isso que está indo para uma meia dúzia de vagabundos com proteção de grande parte do Estado.

Queria dizer mais, se o Deputado Pedro Tonelli está aqui sendo teleguiado pelos trabalhadores do Paraná, exatamente por isso ele tem que ser parabenizado pelos trabalhadores do Paraná. Agora, protestamos contra aqueles que estão aqui teleguiados pelos fazendeiros da UDR, teleguiados pelos banqueiros internacionais, teleguiados pelo FMI, teleguiados pelos capitalistas, o que lamentamos, e profundamente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - V.Exa. Está defendendo o UDR do Paraná, ilustre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu queria dizer mais. É lamentável que políticos com falsa lisura e com visão curta, tentem jogar a culpa no PT, diante de uma situação que eles não sabem nem explicar, muito menos resolver.

Concedo aparte ao Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Nobre Deputado, realmente esta Casa é a Casa do contraditório, onde os homens se reúnem para discutir, para expor as idéias e para daqui tirar algumas conclusões que possam vir realmente em benefício da nossa comunidade do nosso Estado, e das gerações do futuro.

Eu estou ouvindo o seu discurso e as suas pretensões. Se nós temos, ou se eu propriamente tenho alguém a respeitar daqueles que fazem oposição aqui, é o papel desempenhado pelo PT e por V.Exa., porque vejo a sinceridade nos seus propósitos, apesar de ser de outro partido político.

Mas não venho aqui para fazer uma auto-crítica ao PMDB e nem para defender o PT, mas tenho a dizer e lamento profundamente, que no momento em que nós estávamos caminhando para a Assembléia Nacional Constituinte, se houve elementos do PT para que participaram de assaltos a bancos, nós também tivemos internamente, dentro do PMDB, aqueles que assaltaram o Partido, seus propósitos e propostas, e deixaram os verdadeiros companheiros do PMDB e das lutas democráticas à margem de um processo, o que veio tornar ilegítimas até as eleições paranaenses e as eleições brasileiras no campo da Assembléia Nacional Constituinte. Nós temos aqui no Paraná dois exemplos claros disso. Refiro-me ao abuso de poder econômico cometido por dois candidatos eleitos, que tiveram seus diplomas cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral, e que depois, por meio de uma liminar na qual um homem só restabeleceu um direito duvidoso, e eles estão participando da Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, nobre Deputado, eu gostaria de nesse aparte concluir, parabenizando V.Exa por sua posição. V.Exa. não tem o compromisso com o passado, com as coisas velhas, com o ultrapassado, com aquilo que levou esta nação realmente ao estado de miséria em que se encontra hoje. Agora, não podemos admitir de forma alguma, ouvir as palavras do Deputado Lindolfo Júnior e do Deputado Antônio Belinati, sem tecer aí uma crítica, porque elas não são sinceras, elas são as palavras em busca do aplauso, não em busca da vaia ou da sinceridade.

Quando o Deputado Lindolfo Júnior disse que os Governos passam, mas as universidades ficam, nós concordamos perfeitamente, sabemos isso e vamos muito mais além, vamos lá em cima do discurso de Fidel Castro para o terceiro mundo, quando ele disse, na questão de desarmamento, "que os homens passam, mas a humanidade fica."

Nós sabemos perfeitamente que os governos passam e as universidades ficam. Nós sabemos que os homens passam e a humanidade fica. Agora nós sabemos que a história não pode ser rasgada, jogada fora, queimada, ou passada uma esponja sobre ela. Se nós temos uma crise na educação hoje, ela é oriunda e fruto de vinte e um anos de arbítrio neste País, da violência econômica que se cometeu contra o povo, e contra a soberania nacional...

O SR. EDUARDO BAGGIO - Esta Presidência informa que está esgotado o tempo do Grande Expediente. O Sr. tem mais oito minutos e meio, referente ao Horário das Lideranças.

O Sr. Rafael Greca - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Pedro Tonelli?

O Sr. Domingos Scarpellini - Trinta segundos para concluir.

A falta de sinceridade é que tem levado este País, vergonhosamente, ao caos, à miséria, à exploração. Porque aqueles que tomam determinadas posições, apenas em busca do aplauso, apenas em busca de resolver-se uma situação de momento, perdem a grande oportunidade de construir o futuro e a felicidade das gerações que estão por vir neste País.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao nobre Deputado Pedro Tonelli que está encerrado o Horário do Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças. O Sr. tem oito minutos e trinta segundo à sua disposição.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu vou conceder o aparte, aliás, eu vou conceder o aparte aos dois inscritos, ao Deputado Algaci Túlio e ao Deputado Rafael Greca, só que ao Deputado Domingos Scarpellini me cabe uma explicação. Acho que a sinceridade, que ele tanto cobra, nós concordamos que a temos. E o reconhecimento da postura do PT, nesta Casa, e na vida política desta Nação, está muito bem reconhecida por ele, só que ele nos deve uma explicação, e eu gostaria de ouvir da sua boca.

Na semana passada, nós denunciávamos aqui a corrupção na COHAPAR, e ele, Parlamentar nesta Casa, levantou-se, pediu um aparte, e disse que o Governador já tinha conhecimento e que já estava tomando as providências; e queria perguntar para ele e que explicasse para esta Casa, porque na última sexta feira, eu conferi na COHAPAR, e nenhuma providência foi tomada.

O roubo não foi devolvido, e os ladrões não foram demitidos e não foram condenados. O que está acontecendo? Um minuto e meio para você responder.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Gostaria de dizer que, realmente Vossa Excelência fez aqui uma denúncia com relação à COHAPAR, e eu aparteei Vossa Excelência dizendo que o Governador havia tomado as providências, porque tive essa palavra assegurada do Governador do Estado. Não tenho conhecimento se, realmente, foram ou não tomadas as providências diretamente, mas, vou me informar do Governador e será objeto de uma informação minha, em discurso amanhã, ou no mais tardar, dentro de quarenta e oito horas, para dar conta desta situação que, realmente, é vergonhosa dentro da COHAPAR, se ela ainda persistir.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Vou aguardar então, até amanhã ou depois, senão nós vamos voltar a "bater" na mesma tecla.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Queria cumprimentar o Deputado Pedro Tonelli, pela sua posição nesta tribuna e dizer que todo aquele homem que é teleguiado, é um teleguiado do povo, do povo sofrido, do povo oprimido, é um privilegiado. O duro mesmo é ser teleguiado do poder, é ser manobrado pelo poder, para defender este mesmo poder; queria dizer também a Vossa Excelência, no aparte que lhe fez o Deputado Domingos Scarpellini, que eu lamento que somente agora, onde dois Deputados estão com liminar, já assumiram seus mandatos na Constituinte. Somente agora uma voz do PMDB se levanta contra o poder econômico, porque não houve a denúncia durante a campanha, somente agora que o assunto já está praticamente superado é que se fala em abuso do poder econômico e dizer ainda que a falta de sinceridade como disse o Deputado Domingos Scarpellini, está no Cruzado II que veio cinco dias depois do pleito de 15 de novembro.

Esta sim, é a grande falta de sinceridade.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Pedro Tonelli, ainda a propósito das afirmações do nobre Deputado Domingos Scarpellini, de que os homens passam e as instituições ficam, eu acho que há alguns homens que não passam. Por exemplo, o Presidente do BADEP, Carlos Fernando Nunes da Matta, que foi o seu Diretor, com o Governador Ney Braga, permaneceu com o Governador José Richa, foi eleito Presidente do Banco com o Governador João Elísio e continua no Banco com o Governo de Álvaro Dias.

Dizem aliás, funcionários demitidos, que visitaram este Deputado, que nos últimos sete anos, este Senhor foi o responsável direto pela arrolagem da dívida do Grupo Atalla, que já está em noventa e seis milhões de dólares.

Pois é, há alguns homens que não passam. Quanto à sinceridade, Deputado Pedro Tonelli, em nome do povo do Paraná, quero apelar ao Governador José Richa, eleito Senador pelo Plano Cruzado, que aceite a Casa Civil da Presidência da República. Não se trata agora, de deixar o Paraná com a multidão de miseráveis à beira das estradas, com os sem-terra, com os sem-teto, com os desguarnecidos; com o DNER sem dinheiro para comprar tinta para sinalizar

as margens das estradas. Não se trata agora de deixar o Paraná no discurso paranista e tentar pular fora.

Estou em campanha para Governador José Richa no Palácio do Planalto.

Era isso.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço as colaborações dos apartes e para concluir, queria dizer, e gostaria de ver e sentir essa importante Casa de Leis se preocupando realmente, e apreciaria ver inclusive nessa Reforma Administrativa, o fim da perseguição política e a criação da obrigatoriedade dos concursos públicos, para as contratações e de inquérito administrativo para as demissões. Quero, a transparência na prática, e também, ver anualmente, publicado para todos tomarem conhecimento, quem e quantos estão recebendo dos cofres públicos. Gostaria de ver, os conselhos populares, onde as associações, os sindicatos e os movimentos representativos tivessem vez e voz e também a família universitária decidindo o seu futuro e o seu presente.

Concedo aparte ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O Sr. Lindolfo Júnior - Deputado Pedro Tonelli, gostaria apenas de parabenizar Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento e comungar também com as palavras do Deputado Rafael Greca, de que este é o momento em que precisamos colocar o povo do Estado do Paraná, pois, este que é o grande celeiro do Brasil, acima de qualquer partido político.

E gostaríamos de dizer que ontem, ainda, numa entrevista a um determinado jornal da Capital dizíamos, também, que muito nos louvaria ter um paranaense no Gabinete da Casa Civil.

Por isso, Vossa Excelência está de parabéns. Nós não queremos aplausos, nobre Deputado Pedro Tonelli, como sei que Vossa Excelência também não os quer. Elogiá-lo seria uma redundância. Mas, gostaria de dizer que enquanto alguns buscam os aplausos, outros estão percorrendo principalmente as cidades, o interior do Estado, os distritos, vendo a carência dessa gente como Vossa Excelência o faz no Oeste e no Sudoeste do Estado do Paraná. Uns preferem a base; outros preferem as mordomias, quem sabe até mordomias da SUDEPE, da SUDENE, da SUCEPAR, enfim, mordomias...

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência. Deixe-o concluir.

O Sr. Lindolfo Júnior - Creio que alguém

está vestindo a carapuça.

Mas, Deputado Pedro Tonelli...

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, pela ordem. (Assentimento).

Não é que eu vesti a carapuça que Vossa Excelência falou diretamente para mim. Fui Superintendente da Pesca no Paraná, e Vossa Excelência, ao se referir à SUDEPE, se dirigiu a mim.

Agora, gostaria de falar sobre as mordomias que tenho enfrentado e as mordomias que eu desfrutei na SUDEPE. Como eu fui atingido, gostaria de responder, Senhor Presidente.

Apucarana hoje, tem a melhor merenda escolar do Brasil.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, está com a palavra o Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Pela ordem, eu estou com a palavra.

Pela ordem, quero falar e vou fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrou-se o horário do Deputado Pedro Tonelli. Pela ordem, esta Presidência mantém, ainda, a palavra ao Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Gostaria de dizer que fui para CAFE DO PARANÁ trabalhar no setor de mecanização para lidar diretamente com os pequenos agricultores...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Questão de ordem, Senhor Presidente.
(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, está com a palavra o Deputado Domingos Scarpellini. Na sequência, esta Presidência concederá a palavra, pela ordem, aos demais Deputados.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Se ele tem alguma coisa a se manifestar, fale nas Explicações Pessoais e não agora, Senhor Presidente. Eu não me referi ao Deputado Domingos Scarpellini. Gostaria de dizer ao nobre Deputado...

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, está com a palavra o Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Gostaria de,

nesta oportunidade, falar sobre as mordomias...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, pela ordem.

Vossa Excelência não é Presidente do PMDB, Vossa Excelência é Presidente desta Casa. Vossa Excelência não pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência dará pela ordem, o mesmo privilégio, Senhor Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência é o Presidente desta Casa.
Vossa Excelência não pode fazer isso.
(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está suspensa a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está reaberta a sessão. Eu consulto à Liderança do PDS se fará uso da palavra. Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa deve ser a Casa da democracia, da discordância e da liberdade. Só com um Poder Legislativo respeitado é que conseguiremos atingir a democracia para a qual, todos nós, homens que fomos batizados pelo voto, desejamos. E é em razão deste princípio, que desejo transcrever nos Anais deste Poder Legislativo, as decisões tomadas na reunião de Presidentes de Poderes Legislativos Estaduais e entregues ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Creio que este é o momento da afirmação do Poder Legislativo, muito mais do que querelas pessoais. Todos nós devemos lutar pela afirmação do nosso Poder. E é em razão disso, que leio aos Senhores Parlamentares o compromisso de Ouro Preto firmado pelas Assembléias Legislativas de todo o Brasil. (Lê):

"COMPROMISSO DE OURO PRETO

Os Presidentes de Assembléias Legislativas signatários deste documento, reunidos ontem em Belo Horizonte e hoje, "Dia de Tiradentes", em Ouro Preto,

considerando que as Assembléias Legislativas, detêm legitimidade para co-participar na elaboração da nova Constituição do Brasil;

considerando que, por estar em curso no país um processo de democratização, é primordial que as Casas Legislativas, por serem representativas e caudatárias das vontades regionais, tenham participação mais efetiva na elaboração da nova Carta;

considerando que o Poder Legislativo, em seus três níveis de representação, deve ser verdadeiro instrumento das mudanças reclamadas pela Nação e, justamente por isso, não deve omitir-se nem ficar à mercê de outras instituições, cujo caráter corporativo se antecipa à ação legislativa e razão de suas peculiaridades;

considerando que o estabelecimento de uma Federação forte, independente e soberana, só pode ser concretizada se refletir as vontades de cada comunidade estadual;

considerando que há necessidade de se apresentar à Assembléia Nacional Constituinte, de forma criteriosa e fundada, as questões que mais afligem os legisladores estaduais;

os presidentes assumem como compromisso comum de luta pela institucionalização de uma sociedade participativa e democrática, as seguintes propostas, que deverão nortear a ação política das Assembléias Legislativas e que hoje são encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte, na pessoa de seu ilustre Presidente, Deputado Ulysses Guimarães:

1 - Alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte para que se garanta o direito de as Assembléias Legislativas estaduais terem suas proposições rigorosamente recebidas, discutidas e apreciadas, assegurando-lhe o direito de oferecer emendas ao projeto, no mesmo prazo dado aos constituintes.

2 - Atribuição, de forma efetiva, ao Poder Legislativo da função de controle político do Governo, além de ampla competência legislante. O Legislativo deverá ser o juiz da oportunidade das providências do estado de serviço, podendo, para tanto, interferir na administração pública, a fim de suspender atos administrativos e adiar investimentos, mediante quorum qualificado de 2/3.

3 - Acentuar a competência do Poder Legislativo como órgão fiscalizador das práticas de execução orçamentária e da política financeira; condicionar a sua autorização prévia os atos pertinentes às relações internacionais.

4 - Garantir o Poder Legislativo; orçamento próprio, competência para dispor, com exclusividade, sobre a sua organização e criação de cargos; a liberação dos recursos orçamentários que lhe forem consignados mediante fluxo previamente aprovado, implicando a sua inobservância sanções aos transgressores.

5 - A criação de Estado-membro ou alteração dos respectivos territórios não deve ser decisão unilateral do Poder Central, mas decorrente de resolução solidária do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas interessadas.

6 - Restringir a intervenção federal

aos casos de agressão estrangeira, manutenção da ordem e da tranquilidade dos Estados-membros, mediante requisição dos respectivos Governos, assim como para o resguardo do cumprimento das leis e das decisões dos Tribunais Federais.

7 - Revisão dos critérios de distribuição de competência tributária, no sentido de prover a suficiência material necessária à responsabilidade operacional de cada ente integrante da Federação, propondo a criação de um organismo partidário, composto por representantes do Congresso Nacional e do Poder Executivo Federal, das Assembléias Legislativas e dos Poderes Executivos estaduais, para a planificação do orçamento federal.

8 - Revisão do sistema de distribuição de competência legislativa no tocante ao direito substantivo e ao processual, de forma a que se assegure aos Estados-membros a possibilidade de atenderem às peculiaridades locais.

9 - A organização municipal deverá ser da competência exclusiva do Estado-membro.

10 - Fortalecimento do princípio da legalidade eliminando a "legislação" por decretos, portarias e instruções, com o restabelecimento do preceito de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

11 - Recuperação da plenitude das imunidades parlamentares, segundo a tradição do direito constitucional brasileiro.

12 - Maior participação das Assembléias Legislativas no processo de elaboração da nova Constituição, que deve ser definida: com a criação de subcomissões estaduais, objetivando contribuir para que a Assembléia Nacional Constituinte receba sugestões regionais que expressem e configurem as peculiaridades sociais, econômicas e políticas de cada unidade da Federação.

13 - Criação de centrais estaduais de sistematização de sugestões recebidas de entidades representativas de âmbito estadual com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do novo texto: constitucional, devendo ser entregues à Assembléia Nacional Constituinte na data de 30 de junho do corrente ano.

14 - Inserir nas disposições transitórias norma que assegure aos Legislativos estaduais o poder constituinte decorrente para estabelecer a sua constituição em plenitude, para atender as peculiaridades de cada Estado.

15 - A isenção de impostos estaduais e municipais dependerá sempre de deliberação ou ratificação das respectivas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais caso seja prevista como competência da Legislação Federal.

Neste berço da liberdade e da democracia, na data singular do culto aos grandes

da Pátria, expressamos a confiança de que estas proposições, que buscam transmitir a síntese dos ideais da Nação - dos quais o Poder Legislativo é depositário pelo sufrágio livre e soberano do povo brasileiro serão acolhidas pela Assembléia Nacional Constituinte.

São proposições com que, valorizando o Poder legislativo e fortalecendo a Federação, os Legislativos Estaduais pretendem lançar as bases de uma aliança solidária e altruísta para redenção dos males que sufocam a Nação e a retomada de um desenvolvimento compatível com a riqueza econômica do Brasil e voltado para a promoção da justiça e da paz social.

Assim, os Presidentes das Assembléias Legislativas lançam à Nação o presente compromisso, convictos de que o exercício político, lastreado na vigorosa mobilização e crescente organização da sociedade brasileira, conduzido democraticamente e comprometido com o fortalecimento das representações partidárias, inaugura uma nova etapa histórica para a Nação, com o resgate, pela cidadania, dos seus direitos civis, sociais e políticos, dos quais o Parlamento é expressão máxima.

Ouro Preto, 21 de abril de 1987."

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Alberto Oliveira, a leitura deste documento que Vossa Excelência apresenta à Assembléia, sobretudo no que diz respeito à participação deste Fórum Estadual na elaboração da Carta Magna do País, contribui muito para a idéia da Federação. A Federação que jamais tivemos, a não ser no título da República. A Federação que não se fez no Império e sim na República. Rui Barbosa dizia no Império: "Ou se faz a Federação, ou acaba este Império". A Federação é uma piada, é um conto para alguém ver.

Quando hoje, dizia-se que o Governador José Richa devia assumir a Casa Civil da Presidência da República, é porque os Estados ainda são todos pedintes, mendigos, diante do Planalto. Não há nada mais federativo do que o que Sua Excelência está propondo à esta Casa hoje. E, se esta Constituinte tomar foro de Federativa, com certeza há de servir ao País; porque não servirá ao País servindo só os muito ricos, ou aos interessados. Ela há de trazer alguma novidade. Que seja pelo menos a novidade da Federação valorizada.

Visto com Sua Excelência o lenço maragato dos federativos. Vamos juntos honrar esta terra manchada com sangue do Barão do Cerro Azul, na primeira Revolução Federalista deste País, pedir pela Federação, pelos Estados fortes e soberanos, pelas Assembléias do povo de cada Estado, dizen-

do como o País deve ser governado.

Era isto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a valiosa contribuição de Vossa Excelência e devo realmente não só concordar de que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao Senhor Deputado que seu tempo está esgotado e lhe concede mais trinta segundos para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência e quero apenas declarar que a Federação se fará neste País, na medida em que os Parlamentares Estaduais se constituírem nos verdadeiros e autênticos representantes populares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência consulta à Liderança do PDT se fará uso da palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estudantes, professores, aqueles que nos honram com suas visitas à esta Casa de Leis.

Hoje, pela manhã, esta Casa teve a oportunidade de analisar a Reforma Administrativa a nível popular. E, diga-se de passagem, foi a primeira vez que o povo pôde realmente participar de um debate a respeito da audiência, a respeito desta Mensagem.

E, na audiência de hoje pela manhã, um grande número de Deputados, representantes de vários partidos, a população representante de vários segmentos, interessados nos novos rumos que poderá ter a Administração do Estado do Paraná, se fez presente.

A audiência pública, convocada através de um ofício deste Deputado, podemos dizer que foi plenamente satisfatória, já que além da possibilidade de análise de diversos aspectos que ensejam um questionamento mais aprofundado, foi através desta Audiência que nós tivemos a oportunidade de conversar com o Primeiro Secretário, desta Casa, Deputado Anibal Khury, de conversar com o Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, e no consenso, resolve esta Casa não votar este Projeto, hoje, em Segunda Discussão. Quero crer que, na sequência, a Presidência desta Casa venha a confirmar o que estou dizendo, de que hoje nós não teremos a Segunda Discussão desta Mensagem Governamental.

Dar-se-á a oportunidade que é das mais importantes, para que as demais Comissões, ou pelo menos, para que o Projeto retorne à Comissão de Constituição e Justiça, e que seja feita justiça ao Deputado Valderi

Mendes Vilela, para que ele tenha o direito de pedir vista a este processo por quarenta e oito horas. Assim, dará condições à Comissão de Finanças, à Comissão de Recursos Humanos, para que os demais Parlamentares possam, com mais tempo, analisar profundamente esta Mensagem.

Quero entender, portanto, que é das mais importantes a medida que a Presidência da Assembléia Legislativa toma, no dia de hoje, de evitar que aprovemos, de afofado, na correria, uma Mensagem das mais importantes, que eu repito, conforme já disse na última quinta-feira, uma reforma que vai esvaziar este plenário, uma reforma que vai tirar as poucas prerrogativas dos Parlamentares, de sorte que entendendo a medida importante que toma hoje a Presidência da Assembléia e a Primeira Secretaria, não colocando em Segunda Discussão este projeto, mas, recebendo emendas, já na ordem de mais de sessenta.

Enviei à Mesa treze emendas para esta Mensagem, e tenho certeza que outros companheiros também colocaram um número significativo de emendas. Daí, porque a importância de hoje recebermos apenas as emendas, passando este Projeto novamente pelas três Comissões para que os componentes das mesmas possam analisar com mais profundidade, para que na semana que vem, talvez quarta ou quinta-feira, este Projeto possa retornar ao Plenário, em Segunda Discussão. Aí, sim, com mais análise, com mais abalizamento poderemos votar favorável ou contrariamente à esta Reforma Administrativa.

Mas, eu subo também à tribuna desta Casa, no dia de hoje, para dizer em nome da imprensa livre deste País, que hoje é um dia por demais importante.

Neste momento, em Brasília, realiza-se um julgamento da maior importância, para nós, homens de imprensa, especialmente para este Deputado e para o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, isto porque, estão sentados no banco dos réus, em Brasília hoje, os assassinos do jornalista Mário Eugênio, assassinado à saída da porta da Rádio Planalto, em Brasília, no dia 12 de novembro de 1984.

Policiais de Brasília, brutal e covardemente fizeram calar-se a voz do repórter policial e radialista Mário Eugênio, dono da maior audiência do rádio, na Capital Federal.

Mário Eugênio, pagou com a vida, o seu amor à liberdade, sua busca de justiça, para todos!

Mário Eugênio, corajosamente desafiava os corruptos, os dominadores, os violentos, os exploradores da miséria do povo. Por levantar a sua voz clamando por justiça, por aqueles que não têm voz, o jornalista e radialista famoso foi assassinado

covardemente quando saía da rádio em que seu programa era levado ao ar.

Sua voz tinha se tornado forte demais e estava a incomodar aqueles que abominam a justiça, que escravizam o homem, que desmoralizam as instituições e enterram o direito; o drama do monstruoso assassinato contra este homem de imprensa repercutiu intensamente no país todo.

E hoje, Brasília, a par da demissão do Ministro Dilson Funaro tem outro motivo importante para que as suas atenções sejam voltadas exatamente para este julgamento que coloca no banco dos réus, os assassinos de Mário Eugênio.

É por isso que, ao subir nesta tribuna e falar da reforma administrativa, também reservo um espaço para falar em nome da imprensa livre e que não é dominada pelo poder, da imprensa que ainda tem pouca liberdade para dizer aquilo que pensa; da imprensa que, ainda, pode escrever alguma coisa sobre as lutas dos Parlamentares da Oposição neste País; da imprensa, cujos profissionais e a eles, nós rendemos a nossa homenagem. Talvez, não a seus patrões, mas aos companheiros jornalistas, radialistas, repórteres que, diariamente, cobrem os Legislativos. Eles que, com muita vontade vêm até às Casas de Leis, cobrir, levar as informações aos leitores, mas que, lamentavelmente, no dia seguinte, estas notícias não saem nas páginas dos jornais.

Em nome destes homens de imprensa, de uma imprensa livre e corajosa é que eu subo a esta tribuna neste dia 27 de abril, no dia em que se realiza, em Brasília, o julgamento do homem corajoso, do homem deste tipo de imprensa, defensor dos mais pobres, dos oprimidos, no combate aos corruptos, e que acabou pagando com a vida. Em nome desta imprensa, o PDT rende uma homenagem a toda a imprensa do Brasil.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

Com a palavra, o Senhor Deputado Ezequias Losso, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Mais uma vez, as crises existentes no governo federal chegaram a impasses, resultando na saída de homens que por algum tempo dedicaram um período de suas vidas ao bem público.

O pedido de demissão do Senhor Minis-

tro da Fazenda, Dilson Funaro, por sua vez tem implicações muito maiores do que meras atitudes corretas ou incorretas, com respeito à nossa política econômica.

A queda do Ministro é fonte de muito mais preocupações com respeito ao nosso futuro como Nação, do que antes. Não quero dizer com isso, que eu esteja de acordo com as medidas que vinham sendo tomadas. Ao contrário, elas não foram as melhores, pois abriram a possibilidade de uma série de irregularidades; atenderam estranhamente aos interesses de alguns grupos, os que menos necessitam de ajuda na economia nacional.

Como exemplo, podemos citar vários grupos multinacionais, que não respeitaram o congelamento de preços e foram tratados de forma totalmente impune.

O mesmo ocorreu com empresas estatais, a começar da PETROFERTIL, do Grupo PETROBRÁS, que, um mês depois do choque heterodoxo, já reajustava os preços dos elementos básicos, dos fertilizantes agrícolas, causando sérios transtornos aos produtores, que foram obrigados a engolir o acréscimo dos custos, sem poder repassar na venda de alimentos.

Também, acreditamos que as medidas adotadas no choque heterodoxo do PLANO CRUZADO, não foram bem estudadas; houve precipitação no congelamento de preços, fazendo com que alguns setores sofressem profundamente com as medidas, enquanto outros acabassem beneficiados, obtendo lucros muito acima do esperado.

É claro que a Escola da Professora Maria da Conceição Tavares não previu a necessidade de ajustamentos para que o PLANO CRUZADO desse certo.

Se assim fosse feito, tenho a certeza que nossa situação seria outra, que a de estar, agora, amargando um fracasso, ou a de fazer rolar a cabeça de Ministros para levar a opinião pública a crer numa mudança de posturas.

A culpa pela crise que hoje atravessamos, creio que muito se deve a pessoas que nem sequer estão presentes nos Ministérios e nem estiveram recentemente. Não somente Dilson Funaro foi o culpado, nem tampouco o Senhor João Sayad, ou qualquer outro "iluminado" técnico da Universidade de São Paulo ou da UNICAMP.

Lembro-me da crise surgida no fim do Governo Ernesto Geisel, e início do Governo João Figueiredo, ainda em época de domínio militar: uma sequência de Ministros do Planejamento e da Fazenda teve época; se revesavam de acordo com os ventos, ou melhor, na tentativa de agradar o povo. Mário Henrique Simonsen, um grande economista, como se falava na época, deixou seu lugar para Delfim Netto, que era considerado o melhor professor da Fundação Getu-

lio Vargas. Ao lado deles, estavam nomes como Rischbieter, Ernani Galveas, Geraldo Langoni, (o menino prodígio), e outros.

Saía Ministro, entrava Ministro, mas, os métodos continuavam os mesmos! A inflação aumentou; para fugir dela, chegaram até a lançar mão da manipulação dos índices inflacionários.

E hoje, a situação é diferente?

Dilson Funaro pediu demissão!

Foi o último da Escola de Maria da Conceição Tavares a abandonar o primeiro escalão do Governo. No começo da Nova República se colocava muita esperança nesse grupo que vinha com propostas diferentes com respeito à economia brasileira. Superficialmente pode-se dizer que houve mudança de postura em alguns pontos da política econômica brasileira, até um certo momento.

Mas, veio então, lamentavelmente, a repetição da história. Agora mudam-se nomes, mas não temos condições de mudar a política, porque ela está atrelada à dívida externa.

Não adianta mudar nomes enquanto esses setores devido às condições de pretensamente dominar o Governo Federal, são disputados por grupos políticos, cujos objetivos nem sempre são o de solucionar a crise em que estamos mergulhados.

Nem bem Dilson Funaro entregou ao Presidente José Sarney a sua carta de demissão, os partidos ligados à Aliança Democrática ou grupos pelos mesmos representados, estão se digladiando, através dos meios de comunicação social, com relação à Pasta.

Quais são os seus objetivos? Solucionar a crise, ou, simplesmente, manter ou galgar o poder?

Associo-me, como representante do Partido Liberal, aos que apelam ao Presidente Sarney que não se deixe levar pelos "lobbies" e pressões, aos que esperam que a escolha para o cargo recaia em alguém que tenha capacidade para agir de forma independente. A esses me associo, buscando assim, a solução dos problemas.

Espero que o escolhido tenha humildade suficiente para aceitar mudanças de postura, mesmo que elas não sejam simpáticas à primeira vista. O que precisamos, na verdade, é nos erguermos da depressão que se iniciou desde 1970. Até agora, estamos mergulhados nela, quase em desespero. Só não sentiram isto aqueles grupos que puderam controlar as finanças, seja através do sistema bancário, ou de grandes grupos nacionais ou estrangeiros. Os assalariados, pequenos e médios empresários, ou os agricultores deste País, não agüentam mais levar nas costas os altos e baixos desta crise, que até agora só tem gerado confusão, e não progresso.

Muito obrigado.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PFL se fará uso no seu horário, na Liderança. Com a palavra, o Senhor Deputado Basílio Zanusso, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A Bancada do Partido da Frente Liberal pretendia discutir o encaminhamento por ocasião da Segunda Discussão do Projeto da Reforma Administrativa, proposta pelo Senhor Governador, às várias emendas que apresentou à Mesa, e que, certamente, serão objeto de discussão na devida oportunidade.

Nós queremos cumprimentar Sua Excelência, o Presidente da Casa, ao acatar sugestão do ilustre Deputado Algaci Túlio e de outros Deputados de outras bancadas da Casa, no sentido de que esta Mensagem acompanha das emendas apresentadas hoje aqui, que excedem ao número de cinquenta, para que nas Comissões Técnicas sejam de maneira mais acurada, apreciadas, e talvez até resultar numa emenda substitutiva. O que não poderia, Senhor Presidente, deixar de registrar nesta tarde, é que a anunciada modernização, agilização da máquina administrativa, objetivo do Senhor Governador, não tem muito amparo nesta mesma proposta, porque o se viu nela, é que basicamente extingue alguns órgãos e cargos, mas, cria seus sucedâneos em número maior.

As demissões em função desta Reforma que ainda não é lei, já começaram a acontecer no Estado, não se sabendo quantas demissões ocorreram no Governo Álvaro Dias, sem nenhum critério, sem se saber quantos e de quais Secretarias. No nosso entendimento, esta Mensagem não reforma e não dinamiza nada, porque o que assusta ao Senhor Governador e a todos nós é o alto dispêndio com a folha de pagamento, devido ao excessivo número de funcionários públicos, e além disso a remuneração alta que se verificou em alguns cargos, nos últimos anos.

E esta proposta de Reforma Administrativa não faz outra coisa, senão criar, pretender a criação de algumas Secretarias, extinguindo órgãos sucedâneos, mas não fala em momento algum, em artigo algum da proposta, sobre o quadro de funcionários do Governo do Estado, nem em comissão, nem mesmo em cargos de CLT; é uma preocupação nossa, da nossa Bancada, que o Governo tenha limitações para as admissões públicas, não só na forma e na quantidade; que se tenha, para admitir funcionários, teste seletivo, concurso público, como disse aqui, o Líder Pedro Tonelli, do PT e

o Deputado Algaci Túlio.

Mas, estas coisas não estão inseridas na proposta do Senhor Governador. Senhores Deputados, como será anunciado pelo Senhor Presidente desta sessão, o encaminhamento da proposta de Reforma às Comissões Técnicas, nós também acompanhamos este prefácio, para poder realmente adaptar o Projeto às reais necessidades do Paraná.

Muito obrigado.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Esta Casa, no dia de hoje, está em discussão, principalmente, o assunto em pauta que trata da Reforma Administrativa. Gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente, de traçar algumas linhas do que significa a Reforma Administrativa, proposta na Mensagem do Governador Álvaro Dias.

Vejo alguns companheiros desta Casa usar a tribuna, para dizer que no andamento da Reforma Administrativa, já se começou a praticar demissões no Estado do Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares! Para que a opinião pública, a imprensa, as nossas consciências não sejam aviltadas, é importante definirmos que a Reforma Administrativa não foi feita com o objetivo de dispensar servidor público. É importante que se diga também, que se esta Reforma for retirada da Assembléia Legislativa do Paraná e independente dela, para se proceder demissão de funcionários públicos.

É função inerente do Governador do Estado do Paraná, da Chefia do Poder Executivo, nas suas mais variadas Secretarias, proceder demissão ou não, independente da votação desta Mensagem, que não tem por princípio a dispensa de funcionário público.

Então, nós vamos "enrolar o meio de campo", não dizermos verdades, o que não tem sustentação. Não vamos usar argumentos de que é por causa do Projeto de Reforma Administrativa, que, porventura, estejam sendo dispensados, uns ou outros funcionários. Não vamos cobrar do Governo, a demissão pura e simples de funcionários, porque esta Mensagem, como disse anteriormente, não tem por objetivo despedir funcionário público.

O que pode acontecer, é que na extinção de algum órgão do Estado, haja funcionários em excesso. E não vamos cobrar do

Estado do Paraná, que ele seja o estuário do trabalho, do trabalhador, para comprometer o nosso próprio Orçamento, hoje já mais de 100% da receita tributária do Estado, comprometida com a folha de pagamento. Queremos um Estado ágil, em condições de poder amparar o seu servidor. Queremos do Estado a condição de que ele possa remunerar condignamente o servidor público. Desejamos e, então, não poderemos admitir um inchaço da máquina administrativa. Não venham as colocações ditas, que está apenas se demitindo pequenos funcionários, porque a ordem de valor, de quanto ganha, não altera o fato de o funcionário ser dispensável ou não, até por conhecermos, sobremaneira, o estilo do serviço público de se contratar muitas vezes funcionários de baixo vencimento, mas totalmente dispensável para a Administração Pública.

Senhor Presidente e meus Senhores. Quero enfocar aqui também, o que está se falando a respeito da autonomia das Universidades do Estado do Paraná. Quero colocar que a Bancada do PMDB, democraticamente, livremente, irá apreciar todas as mensagens que passarem por este Plenário e que vierem a ser embutidas neste projeto. Mas, democracia, liberdade, posição ideológica, compromisso com a opinião pública, não significa subjugar a Bancada do PMDB, para aprovar toda e qualquer emenda que, porventura, venha a sofrer essa mensagem do Governador. A altivez dessa Bancada está exatamente, em cima do fato de se propor a analisar mensagem por mensagem e acatar aquelas que venham enriquecer a Mensagem da Reforma Administrativa do Governo do Estado do Paraná.

Eu citaria, por exemplo, as mensagens anunciadas pelo Deputado Pedro Tonelli do PT, que diz da tribuna que uma das emendas propõe a que todo o trabalhador público do Paraná passe por concurso. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no Governo de José Richa, inclusive, serventes, professoras, funcionários do BANESTADO, enfim, todos os funcionários, foram admitidos no Estado por concurso, mas não podemos ignorar que na estrutura do Estado existem os cargos celetistas e cargo celetista é cargo celetista, regido pela consolidação das Leis do Trabalho, e no instante que se fizer concurso para um cargo celetista, ele deixa de ser celetista e passa a ser estatutário. Esta Bancada não pode aceitar, em hipótese alguma, emendas que não vêm de acordo com a realidade daquilo que acontece no Estado. Nós não podemos concordar com emenda que quer inovar, dizendo que o Estado do Paraná tenha que relacionar todos os servidores que sejam admitidos ou demitidos, porque basta acompanhar o Diário Oficial do Estado do Paraná para perceber que as admissões e as

demissões do Estado são publicadas, sistematicamente, pelo mesmo.

É claro, Senhor Presidente, Senhores Deputados que interpreto a vontade da Oposição, em participar do projeto da emenda, com emendas ao projeto do Governo. Agora, nos cabe, como Bancada majoritária nesta Casa, analisarmos com cuidado para que não se destrua o espírito daquilo que é tentativa de modernizar a máquina administrativa, no Estado do Paraná.

No que diz respeito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, à emenda proposta pela mesa redonda, de que venha a se imbutir no artigo 7.º da Mensagem do Governo, a afirmação de que igualmente deve ser reconhecido e garantido ao professor, funcionário e aluno, o direito à livre organização e à participação na gestão das instituições nos termos da Constituição do Estado do Paraná. Estivemos conversando com os organizadores dos movimentos das universidades, e com os seus alunos. A Bancada do PMDB está inclinada a aceitar esta emenda, embora tenha que ressaltar aqui desta tribuna que a Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 138, diz claramente: "Os estabelecimentos, as instituições de Ensino Superior, mantidos pelo Estado, têm autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da sua lei e de seus estatutos, promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições", nos termos do artigo desta Lei.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, é de elementar conhecimento jurídico e parlamentar de que esta aqui, é uma Mensagem de lei ordinária, jamais poderia mudar o artigo da Constituição, que é a Lei Maior do Estado, e esta aqui jamais poderia alterar o artigo 138.

No entanto, como vemos a apreensão da classe universitária, vamos praticar um ato que continuamos acreditando ser uma redundância jurídica, que é a inclinação da Bancada do PMDB, pela aprovação desta Emenda, para que fique expresso numa lei ordinária a garantia que já é dada num artigo específico na Constituição do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa expediente subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expe-

diente, indicando o nome do Senhor Deputado Werner Wanderer, como membro suplente da Comissão Especial de Reforma da Constituição. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, devidamente apoiado e constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 040/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 37/87). **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, da preferência de votação acima aprovado.

2. **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 040/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 37/87), dispondo que, no período de 01/05/87 a 31/12/88, os atos e documentos relativos a identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7.257, de 30/11/79 e 7812, de 29/12/83. Com PARECERES/FAVORÁVEIS da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 040/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, dispõe que, no período de 01/05/87 a 31/12/88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete

anos, ficam isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7.257, de 30/11/79 e 7.812, de 29/12/83.

A medida proposta recebeu Parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE ao Projeto, já que o mesmo atende aos interesses da administração pública da coletividade.

É de fundamental importância, a Mensagem que o Governador Álvaro Dias, encaminha a essa Casa, visando facilitar ao cidadão carente em especial, a obtenção da sua cidadania, ou seja, a Carteira de Identidade.

Há muitos anos, antes mesmo de envolvermos para a área política, já cobrávamos essa posição dos governos passados. Lembro-me até que, pelos idos de 1978 ou 1979, um Parlamentar paranaense levantava esse problema a nível federal. Era ele o hoje Presidente desta Casa, Deputado Antônio Annibelli, que dava entrada de um projeto visando exatamente solucionar esse mesmo problema.

Nós, no contato diário com a população mais carente, sentimos a dificuldade que eles têm para a obtenção de seus documentos. Principalmente aqueles que são vítimas de ladrões, pois além de terem seus poucos recursos roubados, ainda têm, na hora de formular a queixa numa delegacia, que pagar uma determinada taxa, a qual é recolhida para o FUNRESPOL. Quer dizer, a população carente, além de ter pouco, ainda é roubada e tem que pagar para se queixar na polícia.

Nesse sentido, estou dando entrada nessa Casa, de uma Emenda a esse Projeto de Lei, visando eliminar essa taxa, pois não podemos entender legal esse procedimento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em nosso trabalho como Vereador e agora como Deputado, temos destinado boa parte da verba de assistência social para esse tipo de atendimento, mandando buscar, até mesmo em outros Estados, segunda via de documentos.

Diante disso, entendo, como já disse, de fundamental importância a Mensagem enviada a essa Casa, que visa dar ao cidadão carente a possibilidade de obtenção da sua cidadania.

Sala das Comissões, em 23/04/87.

(a) ALGACI TÚLIO
Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 040/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, o presente Plano de Lei dispõe que,

no período de 01/05/87 a 31/12/88, os atos e documentos relativos a identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7.257, de 30/11/79 e 7.812, de 29/12/83.

De acordo com o artigo 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para a iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23/04/87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PROJETO DE LEI N. 040/87

PARECER:

Pretende-se, através do Plano de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, dispor que, no período de 01/05/87 a 31/12/88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos fiquem isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7.257, de 30/11/79 e 7.812, de 29 de dezembro de 1983.

Examinando-se através desta Comissão de Segurança, o Projeto de Lei no seu mérito, cumpre destacar que a concessão de tal benefício vem ao encontro de um dos problemas de grande importância social, pois é imprescindível facilitar o acesso de pessoas carentes aos documentos básicos da cidadania.

Deve-se considerar ainda que a existência de indivíduos carentes e opulentos na sociedade é um fato. As relações do Governo com estes, pode ser de solidariedade ou de hostilidade ou força. Que a força seja dirigida aos opulentos, para reequilibrar os desníveis; e que os atos solidários beneficiem a maioria, os mais necessitados, oportunizando facilidades de acesso às chances que a vida social possa oferecer a todos os homens. O momento exige a concepção e o exercício do poder como função social, para o bem-estar coletivo.

Cumpre salientar, nesta oportunidade, a importância do Parlamento como legítimo representante e intérprete das aspirações e necessidades da população. Nesta Casa, vem tramitando Projeto de Lei do Senhor Deputado Ezequias Losso, cujo teor é semelhante à propositura em questão.

"Ex positis", nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23/04/87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N.40/87

Inclua-se onde couber:

Art. - "Que seja abolida a cobrança, em delegacias, da taxa de Certidão Negativa, quando furto de documento."

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) ALGACI TÚLIO.

Apoiamento: Ezequias Losso, Antônio Belinati, Luiz Alberto Oliveira, Valderi Mendes Vilela e uma assinatura ilegível.

Em discussão o Projeto e a Emenda. Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto. Aprovado.

Em votação a Emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Gostaria que V.Exa. lesse a emenda para que o Plenário tomasse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Projeto de Lei de autoria do Deputado Algaci Túlio.

Inclua-se onde couber: "que seja abolida a cobrança em delegacias, da taxa de Certidão Negativa, quando do furto de documentos".

Está em votação a emenda. APROVADA.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência acata seu pedido e irá proceder à chamada nominal.

(É feita a chamada nominal)

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, de acordo com o artigo 160, do Regimento Interno, diz o seguinte:

"A votação simbólica praticar-se-á com o levantamento dos Deputados que votarem a proposição". No caso, V.Exa. tinha divulgado o resultado de que a emenda tinha sido aprovada. Eu consulto V.Exa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que na hora que estava dando o resultado, a Liderança com seus liderados estavam se movimentando e solicitou a verificação de votação.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que continue a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) (Após a chamada nominal).

Cinquenta e um Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Gostaria de esclarecer ao Plenário e pedir a atenção dos Parlamentares do PMDB que esta não é uma emenda do Deputado Algaci Túlio. Esta é uma Emenda da Comissão de Segurança Pública desta Casa, e segundo entendimento com o Presidente desta Comissão, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ela se transforma em emenda da Comissão de Segurança para, neste sentido, poder dar condições àquele que é carente, que é roubado, de retirar a segunda via sem ter que pagar. Senão, é um contra-senso em relação à mensagem do Governador.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência aceita seu esclarecimento. Esta Mesa irá proceder a verificação de votação. Solicita aos Srs. Deputados que tomem seus assentos, por gentileza. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda do projeto queiram levantar-se.

O SR. CAITO QUINTANA - (Pela Ordem) Apenas para justificar que a bancada do PMDB, colhida pela Emenda de Plenário em segunda votação e após esclarecimentos prestados, votará a favor em virtude da Emenda voltar a Plenário para a segunda votação amanhã, reservamos à Bancada, o direito para analisar mais detidamente. No dia de hoje, a Bancada do PMDB votará a favor.

Cinquenta e um Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam a Emenda. Nenhum Sr. Deputado rejeita. Está aprovada a Emenda.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 298/86, de autoria dos Deputados ANTÔNIO ANNIBELLI e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que denomina de "Manoel Lustosa Martins" o trecho da Rodovia BR-280, entre Palmas, Clevelândia e Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 32/87, de autoria do Poder Executivo Mensagem n. 32/87, que dispõe sobre a Reforma Administrativa dos Órgãos do Poder Executivo. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., e C.R.H. com Emenda da C.C.J. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, a Mesa informa que foram apresentadas 56 emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 01

AO PROJETO DE LEI N. 32/87

Art. - Suprima-se do inciso I do art. 67, para prestação de serviços, como zeladoria, reprografia e vigilância.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) PAULO FURIATTI.

Apoiamento: Ferrari Júnior, Djalma de Almeida César, Antônio Bárbara, Cândido Bastos, Homero Oguido, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos, Amélia Hruschka, Caíto Quintana, Domingos Scarpellini, Irondi Pugliesi, Acyr Mezzadri, Dirceu Manfrinato, Nereu Carlos Massignan.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 02

Art. 1.^o - Suprima-se no art. 11:

.....

"1.6 - Assessor Especial de Governo"

.....

"1.11 - Secretários Especiais"

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Ezequias Losso, David Cheriegate, Pedro Tonelli e uma assinatura ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 03

Art. 1.^o - Ficam suprimidos o art. 14, o seu Parágrafo Único e as alíneas a, b, c e d.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Ezequias Losso, Alexandre Ceranto, David Cheriegate e Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 04

Art. 1.^o - O art. 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Comunicação Social compreende: a articulação da promoção e divulgação das realizações governamentais; o assessoramento do Governador do Estado no seu relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira; a prestação permanente de informações ao Governador sobre o comportamento da opinião pública com relação às atividades governamentais; decidir sobre as campanhas publicitárias propostas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e a elaboração das mídias técnicas para divulgação nos veículos de comunicação social; outras atividades correlatas."

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Ezequias Losso, Alexandre Ceranto, David Cheriegate, Pedro Tonelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 05

Art. 1.^o - Ficam suprimidos no art. 45, o inciso VI e as suas alíneas a), b),

c), d), e) e f); e o inciso IX.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoioamento: David Cheriegate, Ezequias Losso, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA DE PLENÁRIO N. 06

Art. 1.º - O art. 46, inciso IX, passa a vigor com a seguinte redação:

"....."

IX - atender às solicitações, pedidos de informações e convocações da Assembléia Legislativa, buscando, antes a orientação do Governador;

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoioamento: David Cheriegate, Ezequias Losso, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 07

Art. 1.º - Ficam suprimidos no art.55, § 3.º, os números de incisos: "1.6, e 1.11"

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoioamento: David Cheriegate, Ezequias Losso, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 08

Art. 1.º - O art. 71 passa a vigor com os seguintes parágrafos:

§ 1.º - A contratação de pessoal, a qualquer título, na administração direta e na indireta, dependerá da existência de vaga e de aprovação prévia em teste de seleção pública ou em concurso público de provas ou de provas e títulos, cuja realização será antecedida de ampla divulgação pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

§ 2.º - Só poderá contratar pessoal o órgão da administração direta ou indireta que contar com quadro de pessoal aprovado por lei."

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoioamento: David Cheriegate, Ezequias Losso, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 09

Art. 1.º - O art. 82 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 82 - Serão fixadas por lei, as regiões administrativas facilitadoras do processo de descentralização e interiorização da ação administrativa das Secretarias de Estado."

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoioamento: David Cheriegate, Ezequias Losso, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 10

Art. 1.º - O inciso II do art. 92 passa a vigor com a seguinte redação das alíneas a, b e c:

II - Quanto à administração do pessoal:

"a) adoção do regime jurídico da legislação trabalhista, extensível às autarquias;

b) organização dos cargos e funções em planos estruturados segundo critérios técnicos e aprovados por lei;

c) a admissão mediante critérios de seleção em testes públicos ou concurso público de provas ou de provas e títulos ajustados à importância das posições a serem preenchidas, às características do mercado de trabalho e às determinações das leis reguladoras do exercício das profissões."

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoioamento: Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 11

Art. 1.º - O art. 98 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 98 - O Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Militar, o Procurador Geral do Estado e o Procurador Geral de Justiça têm "status", deveres e prerrogativas de Secretário de Estado."

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoioamento: Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA DE PLENÁRIO N. 12

Art. 1.º - O art. 100 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 100 - Os atos administrativos que externem tomada de decisão ou gerem obrigações para o Governo se revestirão de forma especial e serão publicados no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único - O Governador baixará decreto dispondo sobre a natureza e a forma dos atos administrativos, bem como sobre sua divulgação no Diário Oficial do Estado."

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoioamento: Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 13

Art. 1.º - Fica suprimido o § 2.º do art. 105.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 14

Art. 1.º - Inclua-se no Art. 106, inciso I:

.....; "07 (sete) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, 3, 16 (dezesesseis) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-4, 22 (vinte e dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-5, e 06 (seis) cargos de Assessor de Comunicação Social, símbolo DAS-5, constantes do Anexo a que se refere o art. 1.º, da Lei n. 8002, de 06 de dezembro de 1984".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL.

Apoiamento: Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 15

Art. 1.º - Inclua-se onde couber:

"Fica extinto o Escritório de Representação do Paraná no Rio de Janeiro, e conseqüentemente, o cargo isolado de provimento em comissão de Chefe desse Escritório, símbolo DAS-3, de que trata a Lei n. 8002, de 06 de dezembro de 1984".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Pedro Tonelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 16

Art. 1.º - Ficam suprimidos no Art. 107, inciso I:

.....: "06 (seis) cargos de Secretário de Estado Especial; 01 (um) cargo de Assessor Especial de Governo;".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL.

Apoiamento: Alexandre Ceranto, David Cheriegate, Pedro Tonelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 17

Art. 1.º - Ficam suprimidos no Art. 107, inciso II:

....."08 (oito) cargos de Assessor Especial- símbolo DAS- 2; 01 (um) cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-4; Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Alexandre Ceranto, David Cheriegate, Pedro Tonelli.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 18

Art. 1.º - Fica suprimido no Art. 107, o seu inciso VI.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Alexandre Ceranto, David Cheriegate, Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 19

Art. 1.º - O Art. 109, inciso VI, do Art. 8.º, § 6.º, dos Estatutos do IPARDES, passa a ter a seguinte redação:

"§ 6.º - A remuneração mensal da Diretoria Executiva será definida pelo governador do Estado, ad referendum da Assembléia Legislativa".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Alexandre Ceranto, David Cheriegate, Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 20

Art. 1.º - Acrescente-se ao Art. 115, Parágrafo Único, no final:

"Ad referendum da Assembléia Legislativa".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

Apoiamento: Alexandre Ceranto, David Cheriegate, Pedro Tonelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 21

Suprima-se, no Artigo 107:

Na Governadoria - 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Governador, símbolo DAS- 1; 08 (oito) cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-4; 14 (quatorze) cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-1;

Na Procuradoria Geral do Estado - 01 - (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1;

Na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados do Paraná, símbolo DAS-5;

Na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5;

Na Secretaria de Estado da Educação - 01 (um) cargo de Superintendente de Educação, símbolo DAS- 2;

Na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5.

Na Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - 02 (dois) cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5;

Na Secretaria de Estado da Justiça -

01 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo DAS-5;

Na Secretaria de Estado dos Transportes - 01 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo DAS-5.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

Apoio: Antônio Belinati, Algaci Túlio, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Ezequias Losso.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 22

TÍTULO IX - Das Disposições Finais e Transitórias.

Inclua-se, onde couber:

1.- Com referência ao Artigo 92, letra e:

"A Secretaria de Administração terá um prazo de 30 (trinta) dias para: publicar a relação nominal de todos os funcionários tanto da administração direta como indireta, bem assim os respectivos salários e locais de lotação referentes ao ano de 1987".

2. - Com referência à Emenda da Criação dos Conselhos Populares de Administração Pública:

"A constituição, formação e funcionamento dos Conselhos Populares de Administração Pública serão regulamentados por lei especial no prazo de 120 (cento e vinte) dias da aprovação desta lei.

Caso a regulamentação não seja aprovada no período de 120 (cento e vinte) dias, as organizações dos trabalhadores, regularmente registradas na forma da lei, poderão inscrever-se nos organismos da administração pública direta ou indireta, visando participar do sistema de planejamento e controle da execução das decisões.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoio: Algaci Túlio, Antônio Belinati, David Cheriegate, Luiz Alberto Oliveira, Ezequias Losso.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 23

Transforme-se o Parágrafo Único do Artigo 92, do Projeto de Lei n. 032/87 e § 1. e acrescente-se o § 2. com a seguinte redação:

"§ 2. - Os Presidentes e dirigentes das entidades constantes do Artigo 7. são nomeados por ato do Governador do Estado após os indicados serem ouvidos e aprovados pela Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

Apoio: Antônio Belinati, Algaci Túlio, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Ezequias Losso.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 24

Inclua-se no Artigo 109 do Projeto de Lei n. 032/87, o § 4. com a seguinte redação:

§ 4.- A remuneração dos dirigentes principais das entidades arroladas no Artigo 113, do Projeto de Lei n. 032/87, nunca será superior à dos diretores gerais das Secretarias de Estado.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

Apoio: Antônio Belinati, Algaci Túlio, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Ezequias Losso.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 25

Suprimam-se os cargos da simbologia DAS, criados pelo Parágrafo Único do Artigo 115.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

Apoio: Antônio Belinati, Algaci Túlio, Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 26

Inclua-se onde couber:

Fica assegurada a autonomia administrativa e financeira a todas as Universidades mantidas pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

Apoio: David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Basílio Zanusso, Pedro Tonelli, Ezequias Losso.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 27

Art. 109.

Inciso VII -

§ 1.º

§ 2.º

§ 3.º

§ 4. - O funcionário deficiente físico ou arrimo de família, contratado sob o regime da CLT, não será demitido dos órgãos da administração direta ou indireta do Estado, ainda que transformados ou extintos, senão por "justa causa".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

Apoio: Quielise Crisóstomo, Vera Agibert, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

A emenda que ora se propõe seja acrescentada ao art. 109, no seu inciso VII, da Mensagem Governamental n. 32/87, e que, por certo, merecerá a apreciação e apoio dos pares com assento nesta Casa de Leis, visa, diante do novo Plano de Lei encaminhado pelo Executivo, onde, em seu contexto, se fala em extinções de cargos, transformações de unidades administrativas

e extinção de órgãos da administração pública estadual, defender e salvaguardar os interesses e posição do funcionário deficiente físico e arrimo de família, regidos pela CLT. Evidentemente, nesta Emenda, inexistem quaisquer intenções paternalistas ou de comisseração para com esses funcionários, apenas uma tomada de posição em sua defesa, para que não sejam, inopinadamente e sem justa causa, demitidos dos cargos que ocupam, criando situações difíceis e, possivelmente, até irreparáveis para os mesmos.

É sobejamente conhecido o drama e dificuldades dos deficientes físicos que, infelizmente, ainda encontram e enfrentam toda ordem de pressões e barreiras em determinados segmentos menos esclarecidos da sociedade, quando em busca de oportunidades de trabalho que lhes garanta a subsistência. Por essa razão, sua permanência, no Estado, deve ser mantida, salvo o cometimento de falta grave ou "justa causa" que justifiquem sua demissão, desde que devidamente comprovada através da sindicância previamente constituída para esse mister.

Por outro lado, o arrimo de família, considerado como tal, em razão do ônus e responsabilidade que lhe pesa no auxílio e sustentação da própria família, não pode, repentinamente, ser demitido, sem que haja, para tal procedimento, uma razão especial, devidamente comprovada, nos mesmos moldes. Seu afastamento, sua demissão do trabalho e de forma inopina, viria trazer funestas conseqüências para si e seus dependentes diretos que vivem sob sua tutela. Neste Governo, onde surge o advento de uma nova era na administração pública, com sensibilidade e transparência, com austeridade e justiça, o pensamento do legislador não poderia ser outro, senão a constante preocupação com os desígnios dos funcionários que, repentinamente, poderiam ser demitidos das suas funções e cargos e, em especial, os deficientes físicos e arrimos de família.

Esta, Senhores Deputados, a Emenda que este Parlamentar coloca à apreciação e apoio de todos.

EMENDA DE PLÊNARIO N. 29

Acrescente-se:

Art. 92 -

II- quanto à Administração do Pessoal

e) A Secretaria de Administração publicará anualmente, em dezembro, a relação nominal de todos os funcionários tanto da Administração direta como indireta, bem assim dos respectivos salários e locais de lotação.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira, Algaci

Túlio, Basílio Zanusso, Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

1 - Considerando-se que o regime democrático deve ser efetivamente transparente;

2- Considerando-se que é dever dos governantes prestar à opinião pública esclarecimentos que tornem material a possibilidade de fiscalização democrática dos atos governamentais;

3- Considerando-se que as demissões em massa do funcionalismo público estadual têm sido motivadas por questões partidárias, fisiológicas e, em alguns casos, atingindo inclusive dirigentes sindicais portadores de estabilidade;

4- Considerando-se que é dever do Estado levar a máquina administrativa à credibilidade, dispensando funcionários apadrinhados, que acumulem indevidamente cargos que não estejam cumprindo suas funções (os denominados "fantasmas" e, principalmente, os "marajás" estaduais);

5- Considerando-se que na realidade as demissões estão alcançando apenas os funcionários de baixo escalão, principalmente os que não se submetem à política partidária do Governo;

6- Considerando-se que, ao lado das demissões, passam a ocorrer as admissões de novos "apadrinhados".

EMENDA DE PLÊNARIO N. 28

Inclua-se onde couber:

Art. ... Ficam criados os Conselhos Populares de Administração Pública, formados pelas organizações de trabalhadores regularmente registradas na forma da lei, com objetivo de participar diretamente das decisões, a nível dos organismos da administração direta ou indireta do Estado, assim como participar do planejamento das medidas a serem executadas e fiscalizar a sua execução a nível dos referidos organismos.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoio: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que:

- A Reforma Administrativa proposta através da Mensagem n. 32/87, se caracteriza pela centralização do poder nas mãos do Governador do Estado e pelo aprofundamento burocrático da máquina estatal, distanciando e impedindo, cada vez mais, que a população organizada, através de suas entidades de classe, participe das decisões que lhe dizem respeito;

- Os detentores do poder econômico participam, diretamente de todas as instâncias administrativas, pessoalmente, ocupando altos cargos, ou, indiretamente,

através de seus prepostos;

- A Administração Pública, até hoje, tratou a questão social, ou seja, as necessidades dos trabalhadores, secundariamente ou de forma precária;

- A maioria dos organismos da Administração Pública, direta ou indiretamente, ao planejar suas ações não prioriza políticas alternativas destinadas a solucionar questões vitais, como: moradia, saúde, educação, emprego, salários, terá para Reforma Agrária, preços justos para os pequenos produtores, etc...

- A grande maioria da população paranaense é constituída por trabalhadores com direito a terem suas necessidades atendidas e, por isso, não podem mais depender, apenas da boa vontade de administradores comprometidos com uma minoria econômica e política dominante do Estado;

Diante disto, propomos:

A criação dos Conselhos populares de Administração Pública, para:

- Abrir caminho à ampliação e ao fortalecimento da representatividade popular e do poder de controle não só sobre o governo, mas também sobre a atividade econômica privada;

- Que os trabalhadores participem a nível de decisão e de planejamento nos organismos da Administração Pública;

- que os trabalhadores participem a nível de controle da execução das decisões e que se planejou para a garantia de sua execução;

- que o desenvolvimento democrático se dê com a participação popular no exercício das funções públicas, acabando com a separação entre o Estado e Sociedade Civil;

- Que os organismos da Administração Pública sejam obrigados, pela participação popular, a definir metas prioritárias no campo social, como por exemplo: Reforma Agrária, Abastecimento, política habitacional, transporte, educação, saúde etc...

EMENDA DE PLENÁRIO N. 30

Art. 71 - A Secretaria de Estado da Administração, face às demandas de pessoal de cada órgão da Administração direta e indireta, promoverá o recrutamento através de concurso público, sendo vedada sob qualquer hipótese a contratação por empresas privadas prestadoras de serviço.

Parágrafo Único - Sob qualquer regime de contratação, a demissão só se dará por Inquérito Administrativo.

Art. 92 -

II - Quanto à Administração de Pessoal:

a)

b)

c) A admissão mediante critérios de seleção por concurso público ajustados à importância das posições a serem preenchidas,

às características do mercado de trabalho e às determinações das Leis regulares do exercício das profissões.

d)

e) A demissão respeitará o Parágrafo Único do Art. 71.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, David Cheriegate, Basílio Zanusso e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

As alterações nos Artigos 71 e 92, no nosso entender fazem-se necessárias para acabar de uma vez por todas com o empregismo e clientelismo nas nomeações e contratações de funcionários públicos. A implantação de concurso público para todas as contratações, sob qualquer regime de contratação, é uma exigência mínima em qualquer reforma administrativa que se considere séria. E o Parágrafo Único do Art. 71 visa acabar de vez com as demissões injustas tão comuns nos últimos anos e já prática adotada por quase todos os governos. É hora de se regulamentar as demissões para que as perseguições se tornem coisas de um passado negro.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 31/87

Acrescente-se:

Art. 7.º -

IV - FUNDAÇÕES

§ 1.º - Nos termos do art.138, XIII, da Constituição do Estado do Paraná, garante-se o estabelecimento às instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado, de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da lei e de seus Estatutos;

§ 2.º - Nos termos do artigo 138, XIV, da Constituição do Estado do Paraná, o reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições, nos termos da Lei.

Art. 8.º - As entidades integrantes da Administração Indireta, Excluídas as Instituições de Ensino Superior, vinculam-se às Secretarias de Estado, ...

EXCLUA-SE

Art. 113

VIII. À Secretaria de Estado da Educação.

a) Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR

Letras b até m - EXCLUAM-SE do item.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento:

Luiz Alberto Oliveira, Algaci Túlio, Ezequias Losso, Basílio Zanusso e David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 138, da Constituição Estadual

do Paraná, garante a autonomia técnico-administrativa, científica e financeira das Entidades de Ensino Superior Estaduais.

Os artigos 7., 8. e 113 do Projeto de Lei n. 32/87 da Reforma Administrativa fere aquele dispositivo constitucional, principalmente no que se refere à autonomia financeira.

Este é o motivo que justifica a apresentação destas propostas de emenda a este projeto.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 32.

Artigo 109:

- Suprimir o inciso III.

- Alterar inciso VI, Art.8., que passa a ter a seguinte redação:

"A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor-Presidente, de um Secretário Geral e de 3 (três) Coordenadores. O Diretor-Presidente será de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Geral".

§ 7. - "Ao Diretor-Presidente compete nomear e exonerar o Secretário Geral e dos Coordenadores".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento:

Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Ezequias Losso, David Cheriegate e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que:

A centralização de poderes na Governadoria, alcança órgãos de 2. escalão como o Instituto de Terras Cartografia e Florestas, Fundação Caetano Munhoz da Rocha e o IPARDES, na nomeação de seus Diretores, Presidente e Coordenadores e que esta não é uma prática democrática de descentralização, propomos a emenda acima.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 33

Suprima-se, por inteiro, os Artigos 82, 83, 84 e 85 do Projeto.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, Ezequias Losso, Pedro Tonelli e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Regionalização Administrativa se constitui em matéria de cunho político da mais alta indagação, pelo que se faz conveniente que seja formalizada através de lei específica.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 34

Inclua-se no art. 98 do Projeto, após a expressão:

"O Chefe da Casa Civil, ...", o seguinte:

"O Chefe da Casa Militar, ..."

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira e Pedro Tonelli.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N. 35

O artigo 98, do Projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 98 - O Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Militar e os Secretários Especiais têm "status", deveres e prerrogativas de Secretário de Estado".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, Pedro Tonelli, Ezequias Losso e Luiz Alberto Oliveira.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N. 36

Adite-se, onde couber, no art. 33 do Projeto, o seguinte:

"... a prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico e uso de substância entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e as atividades de recuperação de dependentes".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Antônio Belinati, Ezequias Losso, Pedro Tonelli e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

- O Decreto n. 85.110, de 02/09/80, que instituiu o "Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e repressão de Entorpecentes" vincula o "Conselho Federal de Entorpecentes, órgão central do sistema, ao Ministério da Justiça e, como consequência, o Conselho Estadual de Entorpecentes à Secretaria de Justiça. Assim como a Lei n. 7.560, de 19/12/86, que "Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências", vincula o "FUNCAB" ao Ministério da Justiça, através do gerenciamento do CONFEM - Conselho Federal de Entorpecentes. A Emenda visa apenas adaptar as atividades da Secretaria de Justiça, neste setor, à legislação federal já existente e tendo em vista a já existência do Conselho Estadual de Entorpecentes, que é órgão da Secretaria de Justiça.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N. 37

Suprima-se o parágrafo 2., do art. 105 do Projeto, no seu todo.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Pedro Tonelli, Ezequias Losso, Luiz Alberto de Oliveira, Antônio Belinati e Valderi Mendes Vilela.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 38

Adite-se ao art. 15 do Projeto, "in fine", o seguinte:

"... "ad-referendum" do Poder Legislativo."

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Antônio Belinati, Pedro Tonelli, Ezequias Losso, Luiz Aberto Oliveira e Valderi Mendes Vilela.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N. 39.

Substitua-se, no artigo 14 do Projeto, "caput" e Parágrafo Único, a expressão: "decreto", por:

"Projeto de Lei".

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Pedro Tonelli, Ezequias Losso, Antônio Belinati, Luiz Alberto Oliveira e Valderi Mendes Vilela.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N. 40

No art. 14, do Projeto de Lei, substitua-se a expressão: "...6 (seis)...", por "... 3 (três) ..."

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Pedro Tonelli, Ezequias Losso, Antônio Belinati, Luiz Alberto Oliveira e Valderi Mendes Vilela.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 41

Adite-se ao Projeto de Lei a seguinte:

"EMENDA: "Dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo do Estado do Paraná, e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, Pedro Tonelli, Ezequias Losso e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa suprir falha técnica de redação considerando que o Projeto de Lei não possui ementa.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 42

Inclua-se, no artigo 69 do Projeto, o seguinte Parágrafo:

"§ 4. - A admissão e contratação de pessoal para os quadros do Poder Executivo serão feitos somente mediante concurso público".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Pedro Tonelli, Antônio Belinati, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira e Valderi Mendes Vilela.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N. 43

Substitua-se, no art. 107 do Projeto, o seguinte:

a) No item I - onde se lê: "06 (seis) cargos de Secretário de Estado Especial", leia-se:

"03 (três) cargos de Secretário de Estado Especial.

b) No item II - onde se lê: "08 (oito) cargos de Assessor Especial", leia-se:

"04 (quatro) cargos de Assessor Especial".

c) No item II - onde se lê: "14 (quatorze) cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-5", leia-se:

"07 (sete) cargos de Assessor Especial DAS-5".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Pedro Tonelli, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Antônio Belinati e Valderi Mendes Vilela.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 44

1) O item IV, do Art. 115, passa a ter a seguinte redação:

IV - A Fundação de Ação Social do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com finalidade e objetivos definidos no respectivo estatuto, aprovado por decreto, assumindo a receita e o patrimônio da extinta Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR.

2) Acrescente-se ao Art. 115 o item V, com a seguinte redação.

V - Fica criado, junto à Governadoria do Estado, o Serviço de Atendimento ao Menor Desamparado, através do qual serão geridos os recursos e participações financeiras atribuídos por Lei à programas de amparo e assistência ao menor em obediência ao disposto na Lei n. 8328/86, de 23 de junho de 1.986.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Anibal Khury, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus e Nilton Barbosa.

JUSTIFICATIVA:

Somos levados a apresentar a presente Emenda, porque constatamos no presente Plano de Lei, que os recursos e os programas destinados ao menor seriam fracionados, ou seja, relevados a um plano secundário. Ao analisarmos as leis anteriores que tratam do menor, deparamos com a Lei n. 8.328, de 23 de junho de 1986, que centralizou na Casa Civil junto à Governadoria que os recursos e programas seriam por esta gerenciados. Portanto, garantidos desta maneira, que tais recursos e programas partissem de uma visão global de problemática que envolve o menor.

É importante salientar que a problemá-

tica que envolve o menor e as respectivas estratégicas para a sua solução não podem, de maneira nenhuma, serem fracionadas. Não é através da ação isolada de um setor de uma Secretaria de Estado, que esta ação irá de encontro a soluções que dependem de outras áreas, que também causam o problema em questão. Temos para exemplificar, o menor que habita nas favelas que apresenta carências educacionais, sociais, de saúde, de habitação e etc...

Não há, no nosso entendimento, como se atingir o ponto crucial do círculo vicioso do problema, sem que exista um órgão centralizador que dali emane a política de recursos e programas destinados ao tratamento do menor.

Necessário é frisar que não somos contrários à descentralização administrativa, mas somos contra o fracionamento dos problemas, quando estes requerem uma visão global e conseqüentemente uma solução junto às causas que os desencadeiam.

As características com que se reveste a situação do menor, filho dos "sem-terra" não serão solucionadas, a não ser que haja um esforço que envolva não somente a ação da Secretaria de Assuntos Fundiários, mas as da Educação, Saúde, Ação Social, Agricultura, dentre outras.

Senhores Deputados, a Lei n. 8.328, de 23 de junho de 1986, apresenta uma evolução em termos de gerenciamento de recursos e programas. Não podemos deixar que haja um retrocesso, relegando novamente os problemas que hoje atingem a formação do homem de amanhã, a um setor secundário de uma Fundação, de uma Secretaria.

Diante dessas colocações, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares, para o envio da presente Emenda ao Excelentíssimo Sr. Chefe do Poder Executivo para a devida sanção, sendo esta uma justa e pertinente homenagem ao "Ano Internacional do Menor".

EMENDA DE PLENÁRIO N. 45

Art. - O Departamento de Arquivo e Microfilmagem-DAMI, passa a denominar-se Departamento Estadual de Arquivo Público-DEAP.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

Apoiamento: Domingos Scarpellini, Nelson Vasconcellos, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Bárbara, Pirajá Ferreira e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Com exceção de São Paulo e Goiás, que têm a sua memória guardada sob a denominação de Arquivo do Estado, as demais unidades da Federação, menos o Paraná, dão àquela instituição o nome de Arquivo Público.

Criado em 7 de abril de 1855, neste

mês fez cento e trinta e dois anos, o memorial da documentação paranaense já nasceu com o nome de Arquivo Público, como se vê no art. 1.º da Lei n. 33, que o criou.

No entanto, com a Lei n. 6636, de 29 de novembro de 1974, o órgão passou a se denominar Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, com a sigla DAMI, descaracterizando a principal e mais tradicional e histórica missão da instituição que é justamente a de Arquivo Público.

Assim sendo, no momento em que o Governo do Estado do Paraná patrocina uma profunda Reforma Administrativa, é oportuno o resgate da nomenclatura histórica, retornando a expressão Arquivo Público à denominação do Departamento.

Esta a Emenda que ora submeto à apreciação e apoioamento dos Deputados desta Casa de Leis.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 46

Acrescente-se onde couber:

Art. - Todas as autorizações e delegações de poderes contidas nesta Lei vigorarão por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Amélia Hruschka, Basílio Zanusso, Edmar Luiz Costa e José Afonso Júnior.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N. 47

Art. 1.º - O Art. 22, do Capítulo I, da Seção VIII, "Da Procuradoria Geral de Justiça", do Projeto de Lei n. 32/87, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22 - O âmbito de ação da Procuradoria Geral de Justiça compreende: a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis perante o Poder Judiciário, funcionando em processos criminais e cíveis em que haja matéria de interesse público, evidenciado pela natureza da lide ou qualidade de parte; outras atividades previstas em Lei."

Art. 2.º - O Art.45, inciso VIII, do Capítulo II, "Das Atribuições Básicas," Seção I, do Projeto de Lei 32/87, passa a ter a seguinte redação.

"Art. 45 - As

inciso VIII - Ao Procurador Geral da Justiça:

a) - exercer as funções previstas em lei e atinentes à ação do Ministério Público;

b) - as constantes do artigo 8.º da Lei Complementar n. 40/81;

c) - desempenhar outras tarefas determinadas pelo Governador do Estado, sem prejuízo de suas funções de independência funcional."

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor

na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.87

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

Apoiamto: Edmar Luiz Costa, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Anibal Khury, e Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

Lendo-se o Anteprojeto de Lei que, dispondo sobre a Reforma Administrativa dos Órgãos do Poder Executivo, publicado no Diário da Assembléia Legislativa deste Estado, em data de 03/04/87, depare-se numa leitura rápida, na pág. 06, no Título IV, do Âmbito de Ação da Administração Direta, Capítulo I, da Governadoria, Seção VII, da Procuradoria Geral de Justiça, art. 22 e na pág. 12, no Capítulo II, das Atribuições Básicas, Seção I, no Âmbito da Governadoria, art. 45, item VII, letras "A", "B" e "C", quando diz:

Art. 22 - O âmbito de ação da Procuradoria Geral de Justiça compreende: a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade pela fiel observância da Constituição e das Leis, promovendo através de seus Procuradores e promotores de Justiça a fiscalização da execução da lei em todos os seus termos, funcionando em processos criminais e cíveis em que haja matéria de interesse público; outras atividades correlatas.

Art. 45 - As atribuições básicas dos ocupantes de posições de chefia no âmbito da Governadoria, assim se especificam:

Item VIII - Ao Procurador Geral da Justiça:

a) exercer as funções previstas em legislação específica atinentes à ação do Ministério Público;

b) as constantes do art. 46, desta Lei;

c) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

Antes de entrarmos em comentários a este dispositivo, são necessárias prévias considerações sobre a posição do Ministério Público na estrutura constitucional da nossa Federação, bem como a análise específica dos artigos 2.º e 8.º da Lei Complementar Federal n. 40, de 14 de dezembro de 1981 (Lei Orgânica do Ministério Público), sendo que toda e qualquer Lei que se referir ao Ministério Público nos estados, deve seguir as normas gerais desta Lei Complementar.

I - O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INSTITUIÇÃO NACIONAL

1. O Ministério Público, como instituição nacional, vem desde a primeira Constituição da República, de 1891, que apenas se referiu à designação do Procurador-Geral da República, relegando suas

atribuições à lei ordinária (art. 58, § 2.º). As Constituições subsequentes foram delineando sua posição institucional e definindo as suas atribuições até chegar à Constituição vigente, de 1969 (Emendas ns. 01 de 1969 e 07 de 1977), que determinou a sua organização em carreira, por lei estadual, observadas as normas gerais da Lei Complementar Federal pertinente (artigo 96, parágrafo único).

2. Nas sucessivas Constituições da República, o Ministério Público ora figurou no capítulo do Poder Judiciário (Constituições de 1891; artigo 58, § 2.º; de 1937, artigo 99; de 1946, artigo 125 a 128; de 1967, artigo 137 a 139), ora em capítulo autônomo (Constituição de 1934, artigo 125 a 128), e, atualmente, vem inserido no capítulo do Poder Executivo (Constituição de 1969 - Emenda n. 01, de 1969, artigo 94 a 96, com a redação dada pela Emenda n. 07, de 1977). Mas o certo é que sempre se reconheceu a independência funcional do Ministério Público e a condição de agentes políticos de seus membros, bem diferenciada dos agentes administrativos que são os funcionários públicos em sentido estrito.

3. Assim sendo, a nosso ver, o correto posicionamento do Ministério Público foi o da Constituição de 1934, que o situou em título autônomo, sem vinculação a qualquer dos Poderes do Estado, atento a que no desempenho de suas atribuições não está hierarquizado ou subordinado a qualquer deles, tendo funções próprias e específicas, inconfundíveis com a de qualquer servidor público. Bem por isso advertiu Wilson Acioli que:

"Não deve nem estar subordinado ao Poder Judiciário, pois decresceria na sua independência perante o mecanismo da Justiça, nem deve estar ligado substancialmente ao Poder Executivo, pois sua independência desde logo se anularia diante das imposições governamentais" (Wilson Acioli, "Instituições de Direito Constitucional", Rio, 1978, pág. 455).

4. No mesmo sentido, preleciona José Afonso da Silva ao comentar as hesitações do constituinte, dizendo:

"Essas vacilações do legislador constituinte sobre a colocação da instituição no texto constitucional revelam dúvida quanto à sua exata natureza jurídica e sua verdadeira posição na organização nacional", e remata o ínclito constitucionalista reafirmando que "o Ministério Público tem situação autônoma na estrutura administrativa" ("Curso de Direito Constitucional", São Paulo, 1976, Vol. I, págs. 221 e segs.).

5. Hely Lopes Meirelles, ao cuidar da estrutura da administração Pública, colocou o Ministério Público dentre os órgãos

independentes, e caracterizando os seus membros como agentes políticos (e não funcionários públicos), nestes termos:

"É de se incluir, ainda, nesta classe (de órgãos independentes) o Ministério Público federal e estadual, e os Tribunais de Contas da União, dos Estados-membros e Municípios, os quais, embora não sejam órgãos representativos dos Poderes a que pertencem, são funcionalmente independentes e seus membros integram a categoria dos agentes políticos, inconfundíveis com os funcionários das respectivas instituições" ("Direito Administrativo Brasileiro", 8. ed. RT, São Paulo, 1981, pág. 49).

Os agentes políticos, entre os quais foram colocados os membros do Ministério Público, são os componentes do governo nos seus primeiros escalões, investidos de cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais, como esclarecido neste tópico pelo prof. Hely Lopes Meirelles:

"Esses agentes atuam com plena liberdade funcional, desempenhando suas atribuições com prerrogativas e responsabilidades próprias, estabelecidas na Constituição e em leis especiais. Os agentes políticos exercem funções governamentais, judiciais e quase judiciais, elaborando normas legais, conduzindo os negócios públicos, decidindo e atuando com independência nos assuntos de sua competência. São as autoridades públicas supremas do Governo e da Administração, na área de sua atuação, pois não estão hierarquizadas, sujeitando-se apenas aos graus e limites constitucionais e legais de jurisdição." (obra citada, págs. 56 a 58).

6. Esse posicionamento do Ministério Público, na nossa estrutura constitucional e administrativa, coincide com a doutrina dominante, embora os autores usem de terminologia diversa para localizá-lo na organização estatal e definir suas atribuições (cf. Pontes de Miranda, "Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda n. 01 de 1969", 2. ed. RT, São Paulo, 1970, vol. III, pág. 405 e segs.; José Frederico Marques, "Direito Processual Civil", 5. ed. Saraiva, São Paulo, 1977, Vol. I, pág. 288 e segs.; Vicente Rão, Afonso Arinos de Melo Franco, Seabra Fagundes e Francisco Campos in Em Defesa das Garantias do Ministério Público, publicação da Associação Paulista do Ministério Público, São Paulo, 1961, pág. 51 e segs.; Sylvio Amaral, O Ministério Público e o Poder Executivo, in "Justitia". Vol. 10, pág. 41; Djalma Nogueiros Penteado, João Lopes Guimarães e Ronaldo Porto Macedo, Ministério Público - Órgão de Justiça, in "Justitia", vol. 63, pág. 7 e segs.; Ruy Junqueira de Freitas

Camargo, Perspectiva do Ministério Público na Conjuntura Constitucional Brasileira, in "Justitia", vol. 86 pág. 205 e segs.; Manoel Octaviano Junqueira Filho, Ministério Público, Constituição e Processo; primeira ed., São Paulo, 1971; Jesus Bernal Pinzon, Posição Institucional do Ministério Público e sua Organização nos Estados Americanos, Brasília, Publicação do Ministério de Justiça, 1972; Ruy Rosado de Aguiar Junior, Ministério Público - Posição Constitucional, Separata do Boletim do Ministério Público, Porto Alegre, 1971).

7. Quanto às atribuições fundamentais do Ministério Público, merecem ser transcritas estas observações do Professor José Frederico Marques:

"Proteiforme é a atividade do Ministério Público, na área processual e na jurisdição voluntária.

Formou-se realmente a instituição, ao configurar-se, em definitivo, nos quadros da organização estatal, como órgão destinado à defesa da ordem jurídica contra os infratores da lei penal, a fim de tutelar os bens fundamentais da sociedade, assim vulnerados ou atingidos. Fez-se ela órgão da pretensão punitiva, para que o Juiz no campo da jurisdição penal, pudesse aplicar a lei processualmente, equidistante do interesse repressivo do Estado e do direito de liberdade do réu.

Dessa posição nuclear, na tutela militante da ordem pública, da sociedade e do direito, irradiou-se a atividade funcional do Ministério Público para outras áreas e setores em que era necessária a defesa do interesse público no processo ("Direito Processual Civil", 5. edição, pág. 289).

8. O que todos os autores acentuam e não divergem, é na dupla função do Ministério Público como órgão tutelar do interesse da sociedade e de fiscal da lei. Para isso seus membros são investidos de prerrogativas próprias e exclusivas, e a instituição é mantida no mais alto nível constitucional, como órgão independente sem subordinação a qualquer dos Poderes de Estado. E, para tanto, o Ministério Público é estruturado em carreira estanque, fechada ao acesso de qualquer elemento do funcionalismo público, pois nela só podem ingressar os que para ela vencerem concurso público e específico, de provas e títulos (Constituição da República, artigos 94 a 96 e Lei Complementar, n. 40, de 1981, artigos 4. e 45).

II - O CONTEÚDO DO ARTIGO 2.º DA LEI COMPLEMENTAR N. 40, DE 1981, INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL

9. Fixada a posição do Ministério Público na estrutura constitucional de nossa Federação, sobressai, desde logo, a sua independência funcional, pois que está

hierarquizado a qualquer outro órgão ou Poder, e seus membros são agentes políticos desvinculados do estatuto dos funcionários públicos. Os membros do Ministério Público quando desempenham as suas atribuições institucionais não estão sujeitos a qualquer subordinação hierárquica ou supervisão orgânica do Estado a que pertencem. Seus atos funcionais só se submetem ao controle do Poder Judiciário, quando praticados com excesso ou abuso de poder, lesivo de direito individual ou infringimento das normas legais que regem a sua conduta. Essa submissão ao controle judicial não descaracteriza a sua independência funcional, pois tem sede constitucional no mandamento universal do artigo 153, § 4.º, da Lei Maior, abrangente de toda conduta humana abusiva ou ilegal.

11. Os membros do Ministério Público só se sujeitam ao controle de órgãos superiores e diretivos da Instituição (Procuradoria-Geral da Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público), na sua conduta administrativa ao longo da carreira, ou nos seus atos pessoais que afrontem a probidade e o decoro que se exigem de todo agente público, principalmente dos que desfrutam de alguma parcela da autoridade estatal.

12. No mais, os membros do Ministério Público atuam com absoluta liberdade funcional, só submissos à sua consciência e aos deveres profissionais, pautadores pela Constituição e pelas leis regedoras da Instituição. Nessa liberdade de atuação no seu ofício, é que se expressa a independência funcional, denominada na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público como "autonomia funcional" (artigo 2.º, última parte).

III - O CONTEÚDO DO ARTIGO 8.º DA LEI COMPLEMENTAR N. 40, de 1981

PRERROGATIVAS E REPRESENTAÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESTADO.

16. A Lei Complementar Federal n. 40, de 1981, deferiu ao Procurador-Geral da Justiça, "prerrogativas e representação de Secretário de Estado" (artigo 8.º). Não o equiparou em suas funções a qualquer titular de Secretaria de Estado, apenas o nivelou em prerrogativas e representação. O que são prerrogativas e o que é representação?

17. Prerrogativas são atributos do órgão ou do agente público, inerentes ao cargo ou à função que desempenha na estrutura do Governo, na organização administrativa ou na carreira a que pertence. São privilégios funcionais, normalmente conferidos aos agentes políticos ou mesmo aos altos funcionários, para a correta execução de suas atribuições legais. As prerro-

gativas funcionais erigem-se em direito subjetivo de seu titular, passível de proteção por via judicial, quando negadas ou desrespeitadas por qualquer outra autoridade.

18. Representação é o conjunto de vantagens pecuniárias ou funcionais atribuídas ao titular de cargo ou ao exercente de função que acarrete dispêndios ou deveres extraordinários de natureza social. Daí a "verba de representação", o "carro de representação", a "viagem de representação", e outros mais.

19. Quando a Lei deferiu ao Procurador-Geral da Justiça "prerrogativas e representação de Secretário de Estado", o equiparou em vencimentos e vantagens, mas não impôs a transformação da Procuradoria-Geral em Secretaria de Estado. Apenas conferiu ao Chefe do Ministério Público Estadual o status de Secretário de Estado no que concerne ao exercício do cargo, à verba de representação e à ordem protocolar na forma regulamentar do Decreto n. 70.274, de 9 de março de 1972, que dispõe sobre cerimonial público e precedência das autoridades. Transformar o Ministério Público em Secretaria de Estado seria subordiná-lo ao Chefe do Executivo, passando-se de instituição independente a órgão dependente da orientação política e administrativa do Governo.

20. Nessa conformidade, o Procurador-Geral da Justiça, sem relegar as prerrogativas institucionais, despachará diretamente com o Governador do Estado, referendará as leis e decretos pertinentes ao Ministério Público, elaborará o orçamento do órgão, prestará contas de sua administração ao Tribunal de Contas Estadual, e praticará os demais atos afetos à Procuradoria-Geral. Por outro lado, terá os impedimentos, restrições e responsabilidades funcionais consignados nas Constituições da República e do Estado, bem como na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e na futura lei estadual que adaptará a instituição às diretrizes federais.

21. É princípio incontestado de direito constitucional que a outorga de poderes ou faculdades, em termos genéricos, implica na dos meios de torná-los efetivos, salvo restrição implícita ou explícita, no próprio instrumento (Cf. J.H. Meirelles Teixeira, "Estudos de Direito Público", vol. I, pág. 497; Black, "On the Construction and Interpretation of the Laws", pág. 31; Cooley, "A Treatise on the Constitutional Limitations", pág. 78; Story, "Commentaries", vol I, pág. 323; Carlos Maximiliano, "Hermenêutica e Aplicação do Direito", pág. 321). Daí decorre que, se a Constituição e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público outorgam genericamente poderes e faculdades ao órgão e a seus inte-

grantes, o Estado há que propiciar os meios para a plenitude do exercício de suas funções.

Bem por isso já disse o Emérito Professor HELY LOPES MEIRELLES, quanto a matéria aqui abordada, esclarecendo plenamente o seguinte:

"A expressão "Autonomia Funcional", constante do artigo 2.º, da Lei Complementar Federal n. 40, de 1981, deve ser interpretada como independência funcional, visto que, no desempenho das atribuições institucionais do Ministério Público, seus membros não estão subordinados a qualquer autoridade, órgão ou Poder."

"A concessão, ao Procurador-Geral de Justiça, de "prerrogativas e representação de Secretário de Estado", constante do artigo 8.º, da mesma Lei Complementar Federal n. 40, de 1981, importa em atribuir-lhe posição funcional de órgão independente e representatividade do cargo idêntica às daquele titular". ("ESTUDOS JURÍDICOS", da interpretação dos artigos 2.º e 8.º formulado pela ASSOCIAÇÃO PAULISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em 04/05/1982).

Assim examinada a matéria, à luz de legislação e da doutrina pertinentes, entendemos que o artigo 22, da Seção VIII, da Procuradoria Geral da Justiça, bem como o Capítulo II, Das Atribuições Básicas, Seção I, no Âmbito da Governadoria, artigo 45, item VIII, deverá ter a seguinte redação:

Art. 22 - O âmbito de ação da Procuradoria Geral de Justiça compreende: a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis perante o Poder Judiciário, funcionando em processos criminais e cíveis em que haja matéria de interesse público, evidenciado pela natureza da lide ou qualidade de parte; outras atividades previstas em lei.

Art. 45 - As

Item VIII - Ao Procurador-Geral de Justiça:

a) exercer as funções previstas em lei e atinentes à ação do Ministério Público;

b) as constantes do artigo 8.º da Lei Complementar n. 40/81;

c) desempenhar outras tarefas determinadas pelo Governador do Estado, sem prejuízo de suas funções de independência funcional.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 48

Art. 1.º - Acresce parágrafo único ao inciso IV, do Art. 7.º, do Projeto de Lei n. 32/87.

"Art. 7.º - A administração...

IV- Fundações...

Parágrafo Único - As Fundações instituídas pelo Poder Público, obedecerão, obrigatoriamente, às normas de licitações

estabelecidas na legislação federal".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Apoiamento: Amélia Hruschka, Eduardo Baggio, Basílio Zanusso, José Afonso Júnior.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 49

O Parágrafo Único do Artigo 115, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Para a entidade criada pelo item I, deste artigo, ficam criados, 1 (um) cargo em Comissão de Diretor Geral, símbolo DAS-1, 1 (um) cargo em Comissão de Diretor Administrativo, DAS-3, e 1 (um) cargo em Comissão de Diretor Técnico DAS-3; e aquelas criadas pelos itens II a IV, contarão com um Diretor-Presidente e dois Diretores com remuneração a ser fixada por lei, obedecidos os parâmetros adotados para funções análogas".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamento: Tadeu Lúcio Machado, Vera Agibert, José Rogério Carvalho, Eduardo Baggio, Sabino Campos, Pirajá Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda valoriza o Poder Legislativo, retirando a delegação de Poderes que a Assembléia concederia ao Excelentíssimo Governador na livre fixação da remuneração dos cargos de Diretores.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 50

No Artigo 109, item VI, o parágrafo 6.º do artigo 8.º passa a ter a seguinte redação:

"§ 6.º - a remuneração mensal da Diretoria Executiva será definida por Lei".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento. Tadeu Lúcio Machado, Vera Agibert, José Rogério Carvalho, Eduardo Baggio, Sabino Campos, Pirajá Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda valoriza o Poder Legislativo, retirando a delegação de Poderes que a Assembléia concederia ao Excelentíssimo Governador, na livre fixação de vencimentos dos cargos da Diretoria Executiva.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 51

O Parágrafo 2.º, do Artigo 105, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º - O Poder Executivo, quando autorizado por lei, poderá transformar cargos de provimento em comissão para implantação das estruturas organizadas decorrentes da presente Lei".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento. Tadeu Lúcio Machado, José Rogério Carvalho, Vera Agibert, Eduardo Baggio, Sabino Campos, Pirajá Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda, valoriza o Poder Legislativo, retirando a delegação de poderes que a Assembleia concederia ao Excelentíssimo Governador na livre transformação de cargos.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 53

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual, abaixo-assinado, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência, nos termos do artigo 139, e seguintes do Regimento Interno desta Augusta Casa, apresentar EMENDA MODIFICATIVA ao § 2.º do artigo 113, do Projeto de Lei n. 032/87, que dispõe sobre a Reforma Administrativa dos Órgãos do Poder Executivo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2.º - O Governador do Estado, poderá através de Lei, proceder o remanejamento das entidades da Administração Indireta".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) RAFAEL GRECA.

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Luiz Alberto Oliveira, Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 113 do projeto acima referido, disciplina a vinculação das entidades da administração indireta para com as respectivas Secretarias de Estado.

Ocorre que o Parágrafo segundo, nos termos em que está proposto, faculta ao Governador do Estado, a proceder o remanejamento destas entidades, ou seja, alterar a vinculação das mesmas, por simples Decreto, o que excluiria da apreciação do Legislativo qualquer alteração neste sentido, bem como deixaria ao livre arbítrio do Governador do Estado, o fortalecimento ou enfraquecimento de determinada Secretaria de Estado.

A emenda ora apresentada visa, assim, determinar que o remanejamento se efetue através de Lei, onde o Legislativo Estadual, legítimo representante das aspirações do povo, possa analisar as conveniências ou não dos remanejamentos.

Certos de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e aprovação, reiteramos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 52

ACRESCENTE-SE:

Art. 7.º-

IV- Fundações...

§ 1.º- Nos termos do artigo 138, XIII da Constituição do Estado do Paraná, garante-se o estabelecimento às Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado, de autonomia didática-científica, disciplinar, administrativa e financeira exer-

cida na forma da lei e de seus Estatutos;

"§ 2.º- Nos termos do artigo 138, XIV, da Constituição do Estado do Paraná, o reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições nos termos da Lei.

Art. 8.º- As entidades integrantes da administração indireta, EXCLUÍDAS AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, vinculam-se às Secretarias de Estado...

EXCLUA-SE:

Art. 113 -

VIII- A Secretaria de Estado da Educação

a) Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR.

Letras b até m - EXCLUAM-SE do item.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

Apoio: Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Pedro Tonelli, Antônio Belinati, Lindolfo Júnior, Algaci Túlio.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 54

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual, abaixo-assinado, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência, nos termos do artigo 139 e seguintes do Regimento Interno desta Augusta Casa, apresentar EMENDA MODIFICATIVA ao inciso III, do artigo 115, do Projeto de Lei n. 032/87, que dispõe sobre a Reforma Administrativa dos Órgãos do Poder Executivo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - Fundação Rádio e Televisão do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, com as finalidades e objetivos definidos nos respectivos estatutos aprovados por decreto, assumindo a receita da extinta Paraná Rádio-fusão S.A., e a parcela patrimonial que couber ao Estado, pela condição de acionista majoritário".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) RAFAEL GRECA.

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Luiz Alberto Oliveira, Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 115, inciso III, do Projeto de Lei acima referido, cria a Fundação Rádio e Televisão do Paraná, vinculando-se à Secretaria de Estado da Comunicação Social.

A presente emenda visa vincular a Fundação Rádio e Televisão do Paraná à Secretaria de Estado da Cultura, visto que a entidade criada deve ter como objetivo primordial a divulgação das manifestações culturais do Estado.

Nos termos propostos no Projeto de Lei com a vinculação à Secretaria de Estado da Comunicação Social, a Fundação Rádio e Televisão do Paraná não passaria de um mero

instrumento de propaganda e divulgação política do Governo.

Certos de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e aprovação, reiteramos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N. 55

Art. Único - O Art. 112, da presente Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 112 - O Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, instituído pela Lei n. 7.978, de 30 de novembro de 1984, alterada pela Lei n. 8.289, de 07 de maio de 1986, passa à subordinação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

I- Passa a integrar o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente:

a) o Secretário de Estado da Cultura.

II- O Conselho Estadual de Defesa do Ambiente - CEDA, órgão superior do sistema estadual de Meio Ambiente tem competência supletiva e complementar ao Conselho Nacional de Meio Ambiente- CONAMA, e é elemento integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, na forma do Art. 6., da Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) PAULO FURIATTI.

Apoio: Anibal Khury, José Felinto, Eduardo Baggio, Lindolfo Júnior.

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, já encontra-se disciplinado por Lei Federal assegurando ampla autonomia aos Estados, e a Emenda garante a consonância do Sistema Estadual com o Nacional.

A Lei n. 7.978 já disciplina o funcionamento do Conselho, cabendo apenas pela presente Emenda ajustar sua composição.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 56

Art. Único- Inclua-se onde couber:

"Art. ... - Às instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, aos professores, funcionários e alunos ficam assegurados os direitos definidos nos incisos XIII e XIV, do Art. 138, da Constituição do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT.

Caíto Quintana - Líder do PMDB, Ezequias Losso - Líder do PL., Pedro Tonelli - Líder do PT., BASÍLIO ZANUSSO - Líder do PFL., LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Líder do PDS, Erondy Silvério - Líder do PTB, Nestor Baptista - Líder do Governo, Domingos Scarpellini, Nelson Vasconcellos, Vera Agibert, Antônio Bárbara, Lauro Lobo Alcântara, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Amélia Hruschka, Paulino José

Delazeri, Paulo Furiatti, Nereu Carlos Massignan, Irondi Pugliesi, Raul Lopes, Cândido Bastos, Sabino Campos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Acyr Mezzadri, Gernote Kirinus, Pirajá Ferreira, José Felinto, Ferrari Júnior, Nilton Barbosa, Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury, Haroldo Rodrigues Ferreira, Edmar Luiz Costa.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 57

Acrecente-se um Parágrafo ao artigo 82.

"Artigo ...

§ 3.º- Fica fixado como região administrativa do CENTRO DO PARANÁ, a compreendida pelos municípios de São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí, Borrazópolis, Lunardelli, Jardim Alegre, Grandes Rios, Ivaiporã, Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Pitanga, tendo Ivaiporã como sua Cidade Sede.

Sala das Sessões, em 27.04.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoio: Valderi Mendes Vilela, e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se justifica em virtude da Cidade de Ivaiporã, apresentar todas as características de uma cidade- Polo Regional, estando sediados diversos órgãos estaduais com abrangência regional, como por exemplo: Núcleo da SEAB, Núcleo da SEED, Núcleo do ITCF, Núcleo da ACARPA, Coordenadoria da CAFE DO PARANÁ, Coordenadoria do IPE, CIRETRAN, COPASA, COPEL, SANEPAR, Cia da PM/PR, IBGE, IAPAS, INPS, INAMPS, CLASPAR etc...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Dada a importância das mesmas, esta Presidência, com base no artigo 146, § 2.º, irá mandar publicá-las, em avulso e, posteriormente irão à Comissão de Finanças, de Recursos Humanos, para facilitar, dessa forma, o pronunciamento imediato da Assembleia Legislativa.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acompanhei a leitura e a preocupação de Vossa Excelência com respeito a indicação, inclusive do Artigo 146, do Regimento Interno, mas, quer me parecer, Senhor Presidente, que caberia o envio, ex-offício da Mesa, para as Comissões desde que o Projeto não estivesse em Regime de Urgência, motivo pelo qual eu recorro do Plenário para que decida e delibere a respeito da condição assumida pela Presidência neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa a Vossa Excelência que também existe um requerimento do Deputado Algaci Túlio, constante do expedien-

te, solicitando com base no artigo 146, § 2.º, do Regimento Interno, o envio do Projeto de Lei n. 32/87, e as emendas apresentadas às Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Recursos Humanos, por quarenta e oito horas, cada Comissão.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Eu consulto a Vossa Excelência se está colocada em votação o recurso interposto agora, oralmente, ou o requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu estou colocando em discussão e votação o requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência já havia colocado o posicionamento da Mesa, em relação ao envio das Emendas para as três Comissões e ao meu requerimento visa apenas reforçar a posição da Mesa Executiva, porque o próprio Artigo 146, § 2.º diz:

"Quando, pelo número ou importância das Emendas oferecidas, em 2.ª Discussão, se tornar difícil o pronunciamento imediato da Assembléia, o Presidente, a requerimento de qualquer Deputado, enviará o Projeto à Comissão competente para emitir Parecer, o qual será impresso, distribuído em avulsos, sem sofrer, porém discussão especial".

É nesse sentido que este Deputado enviou o requerimento à Mesa.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, a Bancada do PDT, quer louvar a Vossa Excelência e à Mesa, pela tomada de decisão, anteriormente anunciada, em razão de que não se pode examinar, aqui no Plenário, cinquenta e seis Emendas, sem que haja tempo para isso. Nós louvamos Vossa Excelência, e também já foi objeto de nosso Partido, e sabemos da decisão da Mesa Executiva, mesmo antes desta reunião de hoje, por isso é mais prudente um pouco mais de tempo para examinar a matéria do que julgá-la sem o exame necessário, o qual ela comporta.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que mantém a sua decisão e irá mandar os Projetos às Comissões por ser impossível fazer uma análise, em curto espaço de tempo, de um Projeto tão importante como este.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de mencionar a Vossa Excelência, aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas aqui presentes, de que o Paraná vive hoje, um suspense muito grande, em relação à Reforma Administrativa que será implantada pelo Governador do

Paraná Álvaro Dias. E nós entendemos, como Parlamentares que somos nesta Casa, que temos acima de tudo a responsabilidade de ajudar a dirigir os destinos também deste Estado. E solicitaria aos Senhores Deputados, de todos os partidos que compõem este Poder Legislativo, para que votássemos hoje, o Projeto da Reforma Administrativa do Paraná, apenas incluindo a Emenda n. 56, da bancada do PMDB neste Poder Legislativo, "as Instituições de ensino superiores mantidas pelo Estado, aos professores, funcionários e alunos, ficam assegurados os direitos definidos no inciso XIII e XIV, do artigo 138, da Constituição do Estado.

E entendo que esta juventude, que esses professores não podem passar todos os dias aqui nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. As outras emendas nós teremos tempo de estudar com o Governador Álvaro Dias e com os Senhores Deputados, nesta Casa.

Acho que nós temos que votar, urgentemente, esta Reforma Administrativa, para que não caia nos ombros dos Senhores Deputados, principalmente do PMDB, a dizer que os Deputados não querem a Reforma do Governo do Paraná para moralizar este Estado, porque a classe política está desacreditada no Paraná e no Brasil inteiro e nós temos que resgatar esta credibilidade e dar apoio hoje e amanhã, aos universitários e depois discutirmos com tempo as outras emendas a entrarem em Plenário.

Faço um apelo aos Senhores Deputados para que seja mantida a posição do Governador, ressaltando o direito a autonomia aos universitários do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca, e solicito às galerias que mantenham-se em silêncio.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, a nossa intervenção é no sentido de louvar a iniciativa da Mesa, que determina o exame das emendas pelas Comissões. Porque, caso contrário as oposições que também fazem papel de fiel desta balança de consciências, do que se pesa em relação aos altos interesses do Estado, iriam invocar o artigo 146, do Regimento Interno, que determinaria que a segunda Discussão fosse feita sobre cada artigo, separadamente, e que as emendas então oferecidas, entrassem em discussão conjuntamente com os artigos aos quais se refeririam.

Assim sendo, a Assembléia Legislativa passaria talvez, quarenta dias e quarenta

noites examinando este extenso projeto legislativo.

Não se trata de condenar a Assembléia Legislativa à uma quaresma antigovernamental. Mas não se trata também, Senhor Presidente, de colocá-la de joelhos, diante do príncipe que está em Palácio.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - O Senhor Deputado Rafael Greca faz um discurso desrespeitando o Governador do Estado; ele que foi chamado de menino da voz macia pelo Governador Leonel Brizola, dias atrás, e eu não admito que agrida o Senhor Governador do Estado.

Qual é o artigo que o Deputado cita como infringido, e, além, faz um discurso, e consulto a Vossa Excelência se está aqui para fazer discurso.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Ele tinha solicitado pela ordem, Senhor Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela ordem, Senhor Presidente? Qual é o assunto relacionado? E não aceito o que ele diz. A Bancada do PMDB não está de joelhos diante de ninguém. A Bancada está de joelhos diante, talvez, do interesse da população do Paraná, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que não estava sendo desobedecido o Regimento Interno.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Agradeço, Senhor Presidente, que me seja assegurada a palavra e não coloco em discussão as questões internas do meu Partido, porque não quero desrespeitar os trabalhos da Assembléia.

No entanto, quero informar por exemplo, ao Plenário, que há uma emenda de minha autoria e apoiada por diversos dos Senhores Deputados, que propõe que o Governador do Estado poderá através de lei proceder ao remanejamento das entidades da administração indireta, porque o que vai no Diploma Legal é que o Governador por decreto pode fazer o que quiser com as

mesmas.

E além do mais, Senhor Presidente, em matéria de autonomia universitária, admire-me que subestime o poder atual do Paraná, a inteligência dos universitários, quando coloca atreladas todas as Fundações Educacionais, todas as Universidades do Estado à uma Secretaria de Estado.

Talvez valha dizer aqui, como o primeiro Reitor de Salamanca, D. Miguel Tomás de Unamuno: "Não passarão! É preciso defender da universidade, a liberdade e não a força dos que têm Poder". Era isto, Parabéns, Senhor Presidente, pela decisão.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, o Líder do Governo solicitou e recorreu que a sua decisão venha à esta Casa. Nós, Deputados do PMDB, que temos o compromisso de apoiar a emenda, restabelecendo a autonomia das Universidades Estaduais ou mantendo esta autonomia, queremos votar hoje o Projeto e votar a emenda. Qualquer postergação desta votação não só fará com que todos, professores e alunos, tenham que permanecer por quatro, cinco, ou seis dias a mais em Curitiba, quando, há consenso em reunião de Bancada, de que a emenda não é, efetivamente, problemática.

Nós solicitamos à Mesa que considere à apreciação dos Senhores Deputados esta decisão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem). Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ouvi atentamente os Senhores Deputados Algaci Túlio, Rafael Greca, Nestor Baptista, o ilustre Deputado Dirceu Manfrinato e Paulo Furiatti.

Não sou de falar difícil.

O problema é o seguinte: apresentei uma emenda e, segundo o Deputado Algaci Túlio, várias emendas serão apresentadas nesta Reforma.

Tenho uma emenda que julgo de fundamental importância para esta Reforma Administrativa.

Mas, gostaria de saber da presidência desta Casa, que me orientasse se existe possibilidade de votarmos, em Regime de Urgência, esta Emenda, que vai favorecer não só a Universidade da minha cidade, mas, todas as Universidades do Paraná.

Seria interessante que votássemos agora esta emenda, dando, como está escrito ali: "Autonomia Já", e se eles pudessem voltar para Casa, com a certeza de que estaria tudo tranqüilo, como fez o meu ilustre Deputado Márcio Almeida, que está aqui, que já colocou essa autonomia numa emenda há anos atrás.

Então, gostaria que Vossa Excelência me informasse se há possibilidade de votarmos já esta emenda, para que esses uni-

versitários voltassem para Ponta Grossa, Maringá e Londrina com a certeza de que a autonomia vai ficar Hoje, Amanhã e Sempre!

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao nobre Deputado, que não há condições de fazer análise em separado. Portanto, declaro como matéria vencida.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, artigo 145, do Regimento Interno faz com que o Plenário seja ouvido da decisão da Mesa, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que não há condições de fazer análise de cinquenta e seis emendas. É matéria vencida.

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Suspendo por cinco minutos a presente sessão.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Senhor Presidente, já passaram os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que a suspendeu por tempo indeterminado.

(Reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENRE - (Eduardo Baggio) Está reaberta a sessão.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaríamos de esclarecer que no dia 08 deste mês, quando analisa a Reforma Administrativa do Senhor Governador, na Mensagem, como me informa Rafael Greca, em que cercava a autonomia das universidades, vale apenas lembrar que um requerimento da nossa autoria foi aprovado nesta Casa de Leis, quando promovemos uma grande e uma ampla mesa redonda onde participaram deste debate representantes de todas as Universidades Estaduais, de representantes do PMDB, representantes do PFL, do PDT, do PL, do PT, enfim, de todos os Partidos, e que nas conclusões finais nós saímos daquela mesa redonda com uma emenda. Eu gostaria Senhor Presidente de lembrar a Vossa Excelência que esta emenda é uma emenda de todas as lideranças, para que possamos votar e liberar os estudantes que aqui estão para que viagem para seus municípios com a certeza da autonomia resgatada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência acata e irá dar prosseguimento à sessão.

Pela ordem, com a palavra, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência me desse o direito à palavra, Senhor Presidente, é bom deixar bem claro nesta Casa que em momento algum, a Bancada do PDT pensou em votar contrária à emenda da autonomia, tanto é que uma das principais emendas foi apresentada pela nossa Bancada na última quinta-feira. Segundo lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quem criou o problema que traz a esta Casa centenas de estudantes e professores, foi o próprio Governador Álvaro Dias

(Conversas paralelas)

Estou com a palavra, Senhor Presidente.

Senhor Presidente não completei minha questão, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio).

(Faz soar os tímpanos)

Solicito ao Plenário que acalmem-se os ânimos para nós darmos prosseguimento, conforme o entendimento das Lideranças, a esta votação.

Concedo pela Ordem, a pedido, à palavra ao Senhor Deputado José Felinto.

(Conversas paralelas)

Solicito aos Senhores Deputados que respeitem o entendimento havido entre as Lideranças, peço aos de ambas as bancadas, para que possamos dar prosseguimento à sessão.

Prezado Deputado Algaci Túlio, de acordo com o Regimento Interno, embora o Senhor esteja Pela Ordem, o Senhor Deputado José Felinto solicitou pela Ordem, e tenho que dar a palavra a ele. Pediria a compreensão de Vossa Excelência.

O Sr. Algaci Túlio - Educada e democraticamente aceito suas ponderações.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Com a palavra o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, baseado no artigo 98 do Regimento Interno, Vossa Excelência permitiu com que os Deputados Lindolfo Júnior e Algaci Túlio infringiam o Regimento Interno, pedindo pela Ordem sem citar o artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Procede a questão de Ordem do presente Deputado.

De acordo com entendimento de todas as Lideranças desta Casa, ficou decidido, cujo acordo esse assinado por todos os Líderes: Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana; Líder do PL, Deputado Ezequias Los-

so; Deputado Pedro Tonelli, Líder do PT; Deputado Basílio Zanusso, Líder do PFL; Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS; Deputado Erondy Silvério, Líder do PTB; Deputado Nestor Baptista Líder do Governo, e Deputado Antônio Belinati, Líder do PDT, que entraria em votação, nesta tarde, a Emenda n. 56 qual diz o seguinte: "As instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, aos professores, funcionários e alunos, ficam assegurados os direitos definidos, nos termos da Constituição do Estado do Paraná.

O Sr. José Felinto - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, o Deputado José Felinto, com a palavra.

O Sr. José Felinto - Questão de Ordem, Senhor Presidente. Para deixar claro a este Plenário, de que desde o início, os companheiros do PMDB, que levantaram aqui, Deputado Paulo Furiatti, Dirceu Manfrinato, e os demais companheiros, solicitavam que fosse aprovada a emenda que estabelece autonomia das Universidades.

No entanto, artigo 97, do Regimento Interno, § 2º, Senhor Presidente ...

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa aos nobres Deputados, que além das Lideranças, este requerimento consta de assinaturas, de quase a maioria dos Senhores Deputados, cujos nomes, muitos deles ilegíveis, está aqui para os Senhores lerem.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Senhor Presidente, gostaria de pedir informação à Mesa. Encaminhamos requerimento de nossa autoria, e de mais alguns Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) É este o requerimento Senhor Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Senhor Presidente, não é este o requerimento. O requerimento que encaminhei à Mesa deste Poder Legislativo, é solicitando a apreciação de votação deste Plenário. Com todo o respeito que tenho, pelo meu Líder do Governo, Nestor Baptista, pelo meu Líder da Bancada, Caíto Quintana, e acima de tudo,

tendo nos ombros, a responsabilidade e o orgulho de ser vice-Líder da Bancada do Governo do Paraná.

Com todo o respeito aos dois Líderes do PMDB, mas gostaria, que o requerimento de nossa autoria, fosse colocado em votação, para apreciação dos senhores Deputados. É que fala nas emendas à Reforma Administrativa do Governo do Paraná. A votação hoje, de todas as emendas, porque todos os Senhores Deputados têm a competência e a responsabilidade, para escolher aquilo que está certo ou errado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que há um requerimento do Senhor Caíto Quintana, constante do expediente, o qual requer e solicita preferência de votação para a Emenda n. 56, que acabei de ler ao Projeto de Lei n. 32/87, Aprovado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Senhor Presidente, pela ordem.

Solicito que seja colocado em votação o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência irá colocar; apenas, estou lendo os requerimentos que estão sobre a mesa. Em discussão o Projeto e as Emendas. Encerrada a discussão, em votação o requerimento do Senhor Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Paulo Furiatti - Senhor Presidente, não ficou claro a questão de ordem levantada pelo Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Estou colocando em votação, o Projeto e a Emenda, nobre deputado.

Está em votação agora o requerimento solicitado pelo Deputado Caíto Quintana.

A preferência de votação é para a Emenda n. 56, do Projeto de Lei n. 32/87.

Em votação. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação o Projeto de Lei. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Para declarar o meu voto contrário ao Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Será anotado o seu voto contrário.

Está em votação a Emenda n. 56 deste Projeto, que diz: inclua-se onde couber "As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado, aos professores, funcionários e alunos, ficam assegurados os direitos adquiridos nos incisos XIII e XIV, do artigo 138, da Constituição do Estado do Paraná, cujo requerimento, e a emenda

foi assinada pela maioria dos Senhores Deputados e por todos os Líderes desta Casa.

Em votação a Emenda.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores nobres Deputados, lamento a manifestação de descontentamento de alguns colegas, pelo meu pedido de falar nesta tribuna e nesta Assembléia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Não se trata de descontentamento, mas isto sim de obediência a uma decisão de Liderança Partidária. Vossa Excelência é juiz supremo do acordo verificado na sala da Presidência, quando as Lideranças de todos os Partidos acordaram na aprovação da emenda sem discussão, sem encaminhamento de votação, para que na Terceira Discussão se discutissem todas as emendas.

Esse foi o acordo, ou mudaram os homens ou mudou o entendimento que tenho sobre o que é Liderança Partidária.

Lamentamos que a partir de hoje, a Liderança do Partido majoritário desta Casa, não tenha a necessária autoridade para conduzir os seus liderados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência acata o seu pedido de ordem e solicita aos Senhores que se mantenham em silêncio, pois não se pode negar ou cercear o orador dessas suas prerrogativas.

Com a palavra o Senhor Deputado que se encontra na Tribuna.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Obrigado, Senhor Presidente.

Meu caro e nobre Líder Nestor Baptista, que me pede que deixe para discutir o Projeto na próxima discussão.

A respeito do pedido e do respeito que tenho pelo meu Líder, não podia imaginar que houvesse a possibilidade de não poder manifestar algumas preocupações neste momento.

Foi dito nesta Assembléia, que a autonomia da Universidade estava ferida. Não está, nunca esteve, jamais esteve. Foi dito neste Plenário que, a Reforma Administrativa dá ao Governador do Estado, os poderes de um príncipe absoluto, também isso não está em jogo.

Senhor Presidente, meu nobre Líder Nestor Baptista, acato o pedido da Liderança e deixo apenas estas duas premissas que quero discutir na próxima votação do Projeto, de que não houve em momento algum o questionamento da autonomia das Universidades Estaduais, porque elas estão consagradas na Emenda n. 20, do então Deputado Márcio Almeida, representante de Londrina, e, acima de ser Deputado, profes-

sor universitário daquela Universidade, e que naquela oportunidade fez a Emenda no duplo sentido de Parlamentar, representante do povo e de professor de uma das mais dignas e honradas Universidades do nosso Estado, e tem o questionamento do Governador quanto aos seus poderes absolutos. E voltaremos à tribuna para registrar o nosso pensamento com relação a essas duas questões, que levanto aqui para reflexão dos demais Deputados.

Meu nobre Líder Nestor Baptista, acato o seu pedido, mas não poderia abrir mão de colocar aqui as duas premissas que eu quero discutir neste Projeto.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência fizesse cumprir o acordo das Lideranças, por favor, e votássemos a autonomia das universidades.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação a Emenda n. 56. Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Há sobre a mesa o requerimento do Senhor Deputado Caíto Quintana constante do expediente, com os seguintes dizeres: "Os Deputados que o presente subscrevem, requerem, ouvido o Plenário, o retorno da Mensagem n. 32/87 às Comissões por um período total de quarenta e oito horas, para todas as Comissões, requerendo ainda a inclusão na Ordem do Dia, tão logo transcorridas as horas requeridas, que valerão para o Parecer de todas as comissões". Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, questão de ordem. **(Assentimento)**

Gostaria apenas de um esclarecimento do processo de votação. Quem votar a favor do requerimento do Senhor Deputado Caíto Quintana, estará concordando com que as demais Emendas retornem à sua Comissão em quarenta e oito horas; quem votar contra estará a favor de que as emendas sejam votadas hoje. É este o meu pedido de ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Exatamente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente. **(Assentimento)**

Senhor Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento que a votação do requerimento também é produto de um entendimento das bancadas. Não fosse ele, nós não estaríamos aqui criando um precedente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Exatamente. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como

estão. Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Está garantida a autonomia, não é, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Remeto o Projeto por quarenta e oito horas às Comissões.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, questão de ordem. (Assentimento)
Gostaria que ficasse anotado o meu voto contrário a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Será anotado o seu voto contrário.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, gostaria que fosse anotado o meu voto contrário, também.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)
Gostaria que Vossa Excelência me informasse que, se com a votação do requerimento do Senhor Deputado Caíto Quintana, o meu requerimento foi prejudicado?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Evidente que foi prejudicado, nobre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria de registrar, Senhor Presidente, em Ata, de que este Deputado e os demais que assinaram e apoiaram o nosso requerimento são a favor da Reforma Administrativa, nesta votação e sem as Emendas que foram apresentadas a esta Mesa. É esta a minha posição, somente com a exceção da Emenda que nós votamos agora dando a autonomia às Universidades.

Quero registrar então, nesta Casa, que este Deputado tem muita pressa para que a Reforma Administrativa neste Paraná seja implantada para acabar com as mordomias e as palhaçadas neste Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Da mesma forma esta Presidência assim o quer.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 02/87 (Mensagem n. 18/87, ex-Proposição n. 28/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Revigoração de 28.11.86 dos Convênios celebrados em 26.06.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao Projeto Especial de Mobilização Energética - PME/PR. EM REGIME DE URGÊNCIA.
Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Luiz Carlos de Barros Lemos, ocorrido no dia 27 de abril do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Amadeu Fedrigo, ocorrido no dia 13 do mês de abril do corrente ano, no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dorvalino Motta, ocorrido no dia 09 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 264/86, que declara de utilidade pública a Mitra Diocesana de Palmas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo seja determinada à Direção da PARANATUR e EMBRATUR, a transformação do Porto Camargo, no Município de Icaraíma, em Ponto Turístico ou Balneário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a implantação de programa de irrigação das lavouras, banhadas pelo Rio Ivaí, no Município de Icaraíma. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação do sistema de Discagem Direta Internacional - DDI, bem como ampliação e modernização da Central Telefônica e Posto de Serviços no Distrito de Vila Rica do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente,

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de um Posto de Serviço no Município de Ica-raíma. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a implantação do Curso de segundo grau na "Escola Estadual Presidente Kennedy" - Ensino de primeiro grau, Regular e Supletivo, do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo o repasse aos Municípios, da taxa de 1% (um por cento) do valor final do ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o atendimento às reivindicações dos microempresários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, a fim de viabilizar a instalação de uma central telefônica na subsede do São Francisco, Município de Santa Helena. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a doação de um gabinete odontológico, para a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Três Barras, no Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada que liga o Distrito de Doutor Oliveira Castro, no Município de Guaíra, à Rodovia Marechal Cândido Rondon - Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, a fim de viabilizar a pavimentação da estrada que liga o Município de Nova Santa Rosa ao Distrito de Santa Rita do Oeste (Terra Roxa) continuando até o asfalto Palotina -

Terra Roxa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a inclusão no Plano de Obras da FUNDEPAR, de uma Quadra de Esportes, na Escola Estadual Marechal Deodoro da Fonseca, Ensino de primeiro grau no distrito de Sede Progresso, Município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de louvor a Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, pela iniciativa de construir uma nova sede, para abrigar os carentes vindos do Interior do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 55.º aniversário de fundação do Aeroclube do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para que o mesmo determine à SANEPAR, a perfuração de poços artesianos nas localidades de Santo Antônio do Siemens e Santa Ana, ambas no Município de Capanema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para que o mesmo determine à SANEPAR, a perfuração de micropoços artesianos nas localidades de Linha São Francisco, Linha Valdomeira e Linha Km-13, todos no Município de Santo Antônio do Sudoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a transferência da Delegacia Regional da Receita - DRR, de Cruzeiro do Oeste para o Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação do Batalhão da Polícia Militar no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do ex-

pediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a instalação de uma unidade da CEASA-PR., Central de Abastecimento, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo o melhoramento do atendimento aos usuários, tanto na qualidade dos serviços, como na agilização das internações e consultas médico-hospitalar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, pleiteando a construção de unidades armazenadoras de gerais e congêneres, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento, encarecendo a implantação do Sistema de Abastecimento de água potável, no Distrito de Marquinho, no Município de Cantagalo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pleiteando a construção de acostamento na Rodovia que liga o Distrito de Quatro Pontes, do Município de Marechal Cândido Rondon ao Distrito de Sarandi, Município de Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Contador". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de telex, ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, para que o mesmo interceda junto aos Constituintes que integram a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, para que os mesmos estejam atentos para lutarem contra a legalização do aborto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura, encarecendo a doação de livros para as Bibliotecas Públicas Municipais de Campo Mourão e Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a nomeação de um guarda noturno para o Colégio Antônio Lacerda Braga, ensino de segundo grau, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo um veículo para a Delegacia de Polícia do Município de Antonina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 298/86 e 40/87 e do Projeto de Resolução n. 02/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 177, 189, 200 e 218/86.

Levanta-se a sessão.